

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA



ISCAL

CONTABILIDADE DE MICROS E PEQUENAS
EMPRESAS: INVESTIGAÇÃO A RESPEITO
DAS FONTES DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
UTILIZADA PELOS GESTORES

KARLA DE FREITAS CARNEIRO

Lisboa, Julho de 2019

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

CONTABILIDADE DE MICROS E PEQUENAS
EMPRESAS: INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DAS
FONTES DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
UTILIZADA PELOS GESTORES

KARLA DE FREITAS CARNEIRO

N.º 20160243

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em contabilidade, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante.

Constituição do Júri:

Presidente____Prof. Doutor Fábio Albuquerque

Arguente____Prof.^a Doutora Célia Vicente

Vogal_____ Prof. Doutor Paulo Cavalcante

Lisboa, Julho de 2019

À minha família por todo o incentivo.

“Duas coisas só me deu o Destino: uns livros de contabilidade e o dom de sonhar.”
- **Fernando Pessoa**

Agradecimentos

Aos meus pais, por todo apoio na tomada das minhas decisões.

Aos meus queridos irmãos Thiago e Danilo pelo amor incondicional e companheirismo e por estarem sempre presentes em todos momentos da minha vida.

Ao Professor Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante, companheiro de todo percurso ao longo do curso de contabilidade, desde a graduação, onde posso dizer que a minha formação, inclusive pessoal, não teria sido a mesma sem a vossa ajuda, e com bastante paciência e dedicação ajudou me a concluir este trabalho, vindo assim a passar para uma nova etapa da minha vida acadêmica.

Por fim, manifestar aqui a minha gratidão a Deus, que me deu força durante toda esta longa caminhada.

Resumo

No âmbito dos negócios, admite-se que o processo de tomada de decisão dos gestores tem na sua base um conjunto de informações. Pode admitir-se, também, que a maior parte das informações que sustentam o processo decisório dos gestores é de natureza contábil, o que é justificado pelo fato das decisões visarem à liquidez e à rentabilidade. Se, por um lado, é fácil aceitar a contabilidade como a principal fonte de informações a suportar as decisões dos gestores no contexto dos grandes negócios, por outro lado, tal visão parece não se constituir em consenso no que diz respeito às micros e pequenas empresas (MPEs). Tendo em vista a relevância que esse segmento de empresas tem no contexto da economia brasileira, este trabalho teve por objectivo investigar qual a fonte das informações que sustentam o processo de tomada de decisões dos gestores de MPEs no Brasil. A partir de uma amostra alcançada por conveniência, obtida via aplicação de questionário, e emprego de ferramenta simples de estatística, o trabalho traz como achado a constatação que os gestores de MPEs, ainda que reconheçam a utilidade da informação contábil, fazem uso de variadas fontes no seu processo decisório, não priorizando a informação de natureza contábil.

Palavras-chave: Informação para a tomada de decisões; Micros e pequenas empresas; Fonte das informações.

Abstract

In business, it is assumed that the decision-making process of managers is based on a set of information. It can also be assumed that most of the information that underpins managers' decision-making is accounting in nature, which is justified by the fact that the decisions are aimed at liquidity and profitability. While it is easy to accept accounting as the main source of information to support managers' decisions in the context of big business, on the other hand, such a view does not seem to be consensus on micro and small enterprises (MSEs). Given the relevance that this segment of companies has in the context of the Brazilian economy, this paper aimed to investigate the source of information that underpins the decision-making process of managers of MSEs in Brazil. Based on a convenience sample, obtained through the application of a questionnaire and the use of a simple statistical tool, the study finds that the managers of MSEs, while recognizing the usefulness of accounting information, make use of various sources. In its decision-making process, not prioritizing accounting information.

Keywords: Information for decision-making; Micro and small enterprises; Source of the information.

Índice

Índice de Tabelas	xii
Índice de Figuras	xii
Índice de Gráficos	xii
Lista de Abreviaturas	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objecto da investigação	1
1.2. Objectivos da investigação	3
1.2.1. Objectivo geral.....	3
1.2.2. Objectivos específicos.....	3
1.3. Motivação e importância do tema.....	4
1.4. Contributos esperados do estudo.....	4
1.5. Estrutura da dissertação.....	5
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
2.1. Micros e Pequenas empresas.....	6
2.1.1. Definição de Micros e Pequenas Empresas.....	6
2.1.2. O Papel das Micros e Pequenas Empresas no contexto econômico brasileiro.....	8
2.1.3. Taxa de mortalidade das MPEs.....	12
2.1.4. Taxas de sobrevivência das empresas no Brasil	15
2.1.4.1. Resultados por sectores de actividade	17
2.2. Gestão das organizações.....	18
2.2.1. Funções da gestão.....	20
2.2.2. Níveis de gestão	21
2.2.3. Rentabilidade e Liquidez: sua importância no processo de tomada de decisão da gestão	23

2.2.4. A relevância do factor informação no processo decisório das organizações.....	24
2.2.5. Aspectos relacionados à liquidez	25
2.2.6. A relação entre rentabilidade e liquidez.....	26
2.2.7. Sobrevivência das organizações x rentabilidade/liquidez	27
2.3. Informação contábil	29
2.3.1. Os reflexos das informações contábeis nas organizações	36
2.3.2. Micros e pequenas empresas: processo de contabilidade formal	38
2.3.2.1. Balanço patrimonial.....	39
2.3.2.2. Demonstração do resultado do exercício – DRE.....	39
2.3.2.3. Demonstrações de mutações do património líquido – DMPL	40
2.3.2.4. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC.....	40
2.3.2.5. Demonstração do resultado abrangente – DRA.....	41
2.3.2.6. Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	42
2.3.3. A relevância da interpretação das demonstrações contábeis.....	42
2.3.4. As informações contábeis e os processos de tomada de decisões nas organizações.....	44
3. METODOLOGIA	48
3.1. Metodologia de recolha de dados primários.....	48
3.2. Descrição dos métodos utilizados	48
3.4. Estrutura do inquérito	50
3.5. Procedimento de recolha da informação.....	50
3.5.1. Definição da população e descrição da amostra	51
3.5.2. Caracterização da amostra.....	51
3.5.3. Oportunidades e desafios futuros	51
3.6. Procedimentos para tratamento da informação	52

4. ANÁLISE E CONCLUSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1. Caracterização dos inquiridos	53
4.2. Análise dos Resultados ao questionário	58
5. CONCLUSÃO	73
5.1. Síntese e contribuições para o estudo	73
5.2. Limitações do estudo	75
5.3. Sugestões para futuras investigações.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS E APÊNDICES	91
Apêndice I – Questionário	91

Índice de Tabelas

Tabela 2.1: Distribuição espacial das MPE no País.....	11
Tabela 2.2: Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2007, por regiões e sectores.....	17
Tabela 4.1: Distribuição dos inquiridos por faixa etária.....	54

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas.....	07
Figura 2.2 - Causas de mortalidade nas MPEs.....	14

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução no Brasil.....	16
Gráfico 2.2 - Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil.....	16
Gráfico 4.1: Distribuição dos inquiridos por Género.....	53
Gráfico 4.2: Distribuição dos inquiridos por faixa etária (%).....	54
Gráfico 4.3: Distribuição dos inquiridos por escolaridade (%).....	55
Gráfico 4.4: Distribuição dos inquiridos por área de formação (%).....	55
Gráfico 4.5: Distribuição dos inquiridos por Relação actual com a empresa na qual actua profissionalmente (%).....	56
Gráfico 4.6: Distribuição dos inquiridos por Natureza da actividade da empresa (%).....	56
Gráfico 4.7: Distribuição dos inquiridos pela Localização geográfica (%).....	57

Gráfico 4.8: Distribuição dos inquiridos no que se refere aos serviços contábeis da organização (%).....	57
Gráfico 4.9: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 1.....	60
Gráfico 4.10: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 2.....	61
Gráfico 4.11: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 3.....	61
Gráfico 4.12: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 4.....	62
Gráfico 4.13: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 15.....	63
Gráfico 4.14: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 14.....	63
Gráfico 4.15: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 5.....	64
Gráfico 4.16: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 6.....	65
Gráfico 4.17: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 7.....	66
Gráfico 4.18: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa.....	66
Gráfico 4.19: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 10.....	67
Gráfico 4.20: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 9.....	68
Gráfico 4.21: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 11.....	69
Gráfico 4.22: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 12.....	70
Gráfico 4.23: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 13.....	70
Gráfico 4.24: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 16.....	71
Gráfico 4.25: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 17.....	71
Gráfico 4.26: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 18.....	72

Lista de Abreviaturas

BP - Balanço Patrimonial

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DMPL - Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido

DNRC – Departamento Nacional de Registro Comercial

DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

DRA - Demonstração do Resultado Abrangente

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

EPP- Empresa de Pequeno Porte

FASB - Financial Accounting Standards Board

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

ME- Micro Empresa

MEI – Microempreendedor Individual

MPE – Micro e Pequena Empresa

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PE – Pequena Empresa

PIB- Produto Interno Bruto

RFB – Receita Federal do Brasil

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como tema “Contabilidade de MPEs: investigação a respeito das fontes da informação contábil utilizada pelos gestores”. No desenvolvimento da presente investigação será feito um estudo com os gestores de MPEs, com o objectivo de identificar qual a fonte de informações contábeis por eles utilizadas no processo de tomada de decisão dentro da empresa. Tal intento está a fundamentar-se em dois aspectos relacionados com a informação: (1) a informação se constitui na matéria-prima da decisão, o que implica que gestores de MPEs dependem de informações para conduzirem o processo de gestão da organização sob o seu comando; (2) a maior parte das decisões tomadas em relação às empresas, aqui incluídas as micro e pequenas, tem base em informações de natureza contábil, o que implica que os gestores usam informações dessa natureza, ainda que não contem com uma contabilidade formal, sendo relevante perceber que, a qualidade da informação utilizada pelos gestores terá relação, entre outros aspectos, com a fonte na qual ela é buscada. De tal forma, este estudo alcança a qualidade das informações que são repassadas aos usuários. Com o presente trabalho propõe-se analisar através dos questionários propostos aos gestores das MPEs, qual a fonte e, portanto, objectivando alcançar uma visão sobre a qualidade das informações contábeis fornecidas ao usuário.

1.1. Objecto da investigação

No Brasil a maioria das empresas é constituída por MPEs, as quais possuem grande relevância no contexto econômico brasileiro, destacando-se a geração de emprego e renda, bem como uma expressiva participação no Produto Interno Bruto (PIB) do País.

Em 2010, havia cerca de 3 milhões de Micro Empresas (MEs) no país. Esse número deve ter atingido 4,14 milhões, em 2017 e deverá chegar a 4,66 milhões, em 2022, segundo projeções do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), consultado no site <http://www.sebrae.com.br>. Isso representa um crescimento de 75,5% nesse período de 12 anos, a uma taxa média anual de 2,47%, o estudo pretendeu analisar o perfil de gestores de MEs e de Empresas de Pequeno Porte (EPPs) formalizadas, que operam no país.

A formalização dos micro e pequenos negócios foi responsável pela melhoria das condições de compra junto aos fornecedores para 75% dos empreendedores da Paraíba, face à obtenção de maior credibilidade e poder concorrer com as outras empresas de maneira mais justa.

Os resultados integram a pesquisa “Perfil das MEs e de EPPs na Paraíba”, redação dada pelo portal correio da paraíba em 13 de julho de 2018, onde apontam que “três a cada quatro empreendedores, ou 76%, consideram que abrir o próprio negócio permitiu maior ganho financeiro mesmo diante da crise econômica vivenciada nos últimos anos, que foi apontada como uma das principais dificuldades dos empreendedores no estado”.

O SEBRAE constatou que, actualmente, com o crescimento do empreendedorismo, as MPEs vem ganhando relevância na economia chegando a 27% de participação na economia em 2011, sendo mais de 95% das empresas do país consideradas como pequenos negócios, considerando também que 52% dos empregos formais gerados no país estão nas PEs. Por fim, 27% do PIB brasileiro vem dos pequenos negócios. Conforme Schumpeter (1961), o empreendedorismo está aliado ao crescimento econômico.

Em suma, o comportamento empreendedor vem proporcionando imensos resultados sendo de grande relevância para o crescimento da economia brasileira.

Apesar do crescimento da formalização das MPEs, ainda pode-se observar um elevado índice em sua taxa de mortalidade, entre um dos factores dessa mortalidade podemos destacar a deficiência no sistema de gestão.

Padoveze (1996, p. 26) afirma sobre a importância de uma organização ser apoiada pela contabilidade gerencial no seu processo de gestão. Conforme o autor se a organização possuir pessoas capazes de transformar os conceitos contábeis em ações práticas, a contabilidade estará sendo utilizada como um instrumento para a gestão da organização.

Longenecker, Moore e Petty (1997, P. 516) consideram a afirmativa que o empresário deve possuir conhecimentos necessários acerca da contabilidade, inclusive sobre as demonstrações financeiras, podendo assim, reconhecer quais mecanismos contábeis funcionarão de forma mais vantajosa em sua organização.

A contabilidade possibilita ao micro e pequeno empresário ter conhecimento da situação financeira e econômica da empresa, ajuda a criar e executar um planejamento de mercado, além de permitir ter acesso à informação útil para tomada de decisão, onde a contabilidade é um instrumento de grande valia no auxílio para tomada de decisões pela gestão (Iudícibus & Marion 2002, p. 42).

O facto é que, ela coleta os dados econômicos da empresa, mensurando, registrando e sintetizando-a em forma de relatórios, que auxiliam no processo de decisão da empresa. Assim, com as novas exigências do mercado, fica claro que é cada vez mais necessária uma contabilidade

que assista e auxilie o empreendedor, a disponibilizar informações para o controlo e para uma tomada de decisão embasada em dados confiáveis e fiéis dos números da empresa.

Considerando o factor informação crucial no processo de tomada de decisão de qualquer organização e, considerando os problemas de gestão enfrentados pelas MPEs, convém investigar qual a fonte das informações que sustentam o processo de tomada de gestão dessas empresas.

Tendo em vista a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão para as MPEs, e com base nesta afirmativa, que sustenta a questão de pesquisa do presente trabalho, cabe salientar que o conjunto de informações contábeis bem elaborados e devidamente analisados levam o gestor a fazer boas escolhas e tomar as melhores decisões para a organização.

Com base na discussão precedente, o presente trabalho tem como questão de pesquisa: qual a fonte de obtenção das informações que servem de base para o processo decisório dos gestores de MPEs no Brasil.

1.2. Objectivos da investigação

1.2.1. Objectivo geral

O objectivo central da presente investigação é verificar a fonte de informação contábil utilizada pelos gestores das MPEs no processo de tomada de decisão.

1.2.2. Objectivos específicos

Face à questão formulada, a presente investigação terá os seguintes objectivos específicos:

- Analisar a base da informação para tomada de decisões dos gestores das MPEs.
- Averiguar se os gestores utilizam as informações contábeis para os processos de tomada de decisões e quais informações são consideradas por eles de maior relevância.
- Analisar o impacto das informações repassadas pelo profissional contábil x lucro crescimentos dessas empresas.

1.3. Motivação e importância do tema

A escolha do tema partiu da problemática do tempo de vida de uma ME no Estado da Paraíba, visando assim, contribuir para sanar alguns questionamentos para possível aperfeiçoamento do processo de gestão na tomada de decisão.

A despeito da relevância no contexto econômico, MPEs têm um índice de mortalidade muito alto, isto se constitui em razão para que essas organizações sejam investigadas.

Com base na literatura a respeito do assunto, a descontinuidade dos negócios tem a ver, genericamente, com decisões equivocadas. Tal ponto de vista aponta no sentido da necessidade de se pesquisar o processo de gestão das MPEs, no sentido de compreendê-lo e de verificar o que há de negativo e que contribui com o índice de mortalidade.

Aceitando-se a informação como matéria-prima da decisão, convém perceber que a maior parte das decisões no contexto dos negócios, notadamente aqueles que visam o lucro, tem na base informações sobre rentabilidade e liquidez, que são conceitos de natureza contábil. Assim, é de se admitir que os gestores usam informações de natureza contábil no seu processo decisório.

Nada obstante, sabe-se que no Brasil a maior parte das MPEs não possui contabilidade própria, o que pode ser um indicativo do não recebimento regular de informação contábil. Portanto, cabe investigar qual a fonte de informações de natureza contábil usada por gestores de MPEs no seu processo decisório.

1.4. Contributos esperados do estudo

A presente investigação visa dar um contributo para a investigação da formação académica no desenvolvimento das MPEs, especificamente através da análise do impacto do estudo das informações de natureza contábil e longevidade x lucratividade das MPEs do estado da Paraíba. Espera-se, assim, como contributos do presente trabalho: i) teóricos: desenvolver e reforçar a teoria sobre as MPEs no estado da Paraíba; ii) metodológicos: no desenho e instrumentos de investigação; iii) práticos: para a gestão das informações de natureza contábil e tomada de decisões dos gestores.

1.5. Estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação encontra-se subdividida em cinco capítulos diferentes e sequenciados: o primeiro capítulo refere-se à introdução e conjuntura do estudo onde se retrata a questão de pesquisa, os objectivos do estudo, as justificativas, assim como a natureza da investigação.

O capítulo seguinte expõe uma análise à revisão da literatura a respeito da temática relacionada às MPEs, tendo-se como referência pesquisas em Sites de proteção a estas organizações, leis pertinentes, artigos científicos, livros, revistas científicas, teses académicas, entre outras fontes de pesquisa, tendo estes como materiais essenciais para uma boa investigação.

Nesta etapa é efectuada uma introdução do tema, com uma resumida exposição de conceitos de MPE, assim como a uma breve caracterização de suas características e algumas problemáticas relativas às mesmas. De sequência, será apresentada uma vasta revisão da literatura que servirá de apoio para um maior entendimento acerca das MPEs, relativamente aos conceitos, importância económica, enfatizando seus pontos fracos e pontos fortes.

Relativo ao terceiro capítulo refere-se à metodologia de investigação adoptada com objectivo de dar respostas a pergunta de investigação e afirmativas de estudo, descrevendo os métodos e técnicas adoptadas no decorrer do estudo, quais fontes de informação utilizadas para obtenção dos dados e as ferramentas de comprovação, análise e tratamento desses dados.

No quarto capítulo, procedemos com a verificação e debate dos resultados alcançados relativos aos questionários aplicados aos inquiridos, com objectivo de dar uma resposta ao tema proposto deste trabalho. Efectuada a caracterização da amostra, serão apresentados os processos e conjecturas tidos em consideração na obtenção dos dados apresentados, através de gráficos, tabelas entre outros. De forma complementar será exposta uma análise estatística das respostas ao inquérito através de gráficos e tabelas em percentuais.

De seguida, no quinto capítulo serão apresentados os pontos das conclusões obtidas no estudo; a análise da coleta dos dados relativos às afirmativas formuladas e conseqüentemente às limitações e sugestões para a elaboração de futuras investigações relativas à temática estudada.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Esta parte do trabalho objectiva sustentar, do ponto de vista teórico-conceptual, os argumentos nele desenvolvidos. Nesse sentido, aborda:

Micros e pequenas empresas – o tópico cuida de definir do ponto de vista conceptual o que se entende por MPEs e, também, evidenciar a relevância dessas empresas no contexto econômico brasileiro.

Gestão das organizações – o tópico coloca em evidência o processo de gestão das organizações, o que serve, também, para MPEs, destacando a relevância do fator informação como requisito obrigatório para que esse processo alcance o sucesso.

Informação contábil – o tópico discute razões que servem para sustentar a validade e a relevância da informação de natureza contábil no processo de tomada de decisão das organizações.

2.1. Micros e Pequenas empresas

2.1.1. Definição de Micros e Pequenas Empresas

Para os efeitos da Lei Complementar 123/2006, da República Federativa do Brasil, consideram-se ME:

a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (efeitos: a partir de 01/01/2012), aufera, em cada ano- calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e (Redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011) (efeitos: a partir de 01/01/2012).

Considera-se receita bruta, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. (Efeitos: a partir de 15/12/2006).

Ainda que o conceito estabelecido pela Lei Complementar no 139/2011 seja o mais observado no país, até mesmo como resultado da sua força legal, ele não se constitui em consenso, existindo outros conceitos para definir o que é uma ME ou uma EPP.

Conforme critérios definidos pelo SEBRAE, no contexto brasileiro, considera-se que o conceito de MPE pode ser feito de duas formas alternativas: pelo número de pessoas ocupadas na empresa ou pela receita auferida: por números de pessoas ocupadas na empresa. Neste caso o SEBRAE considerou que, foram classificadas como MEs aquelas nas actividades de serviços e comércio com até 9 pessoas ocupadas, e como pequena empresa as que tinham entre 10 e 49 pessoas ocupadas; na actividade industrial, são MEs aquelas com até 19 pessoas ocupadas, e pequenas empresas entre 20 e 99 pessoas ocupadas.

Esta foi a classificação adoptada, tendo em vista a forma como a informação está organizada nas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para disponibilidade a usuários, conforme figura 2.1 a seguir:

Figura 2.1 - Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas

PORTE	ATIVIDADES ECONÔMICAS	
	SERVIÇOS E COMÉRCIO	INDÚSTRIA
MICROEMPRESA	ATÉ 09 PESSOAS OCUPADAS	ATÉ 19 PESSOAS OCUPADAS
PEQUENA EMPRESA	DE 10 A 49 PESSOAS OCUPADAS	DE 20 A 99 PESSOAS OCUPADAS
MÉDIA EMPRESA	DE 50 A 99 PESSAS OCUPADAS	DE 100 A 499 PESSOAS OCUPADAS
GRANDE EMPRESA	ACIMA DE 100 PESSOAS	ACIMA DE 500 PESSOAS

Fonte: SEBRAE

O critério a ser utilizado ao longo do trabalho será o estabelecido pela Lei Complementar 139/2011, servindo-se das observações do SEBRAE apenas para uma breve demonstração secundária, não reconhecida em legislação legal, apenas para definição de o que é uma ME ou uma EPP, sendo assim, os conceitos apontados pelo SEBRAE serem meramente informativos.

2.1.2. O Papel das Micros e Pequenas Empresas no contexto econômico brasileiro

As MPEs apresentam grande relevância para economia brasileira, tendo em vista ser em sua grande maioria na representação das empresas actuanes no mercado, com vasto contributo para geração de emprego e renda no País, entre outros fatores.

No Brasil, conforme dados do SEBRAE (2007), o universo das MPEs representa 5,5 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, os quais respondem por 20% do PIB, observa-se que em 2011, esse percentual relativo ao PIB atingiu 27% de participação, 12% das exportações, 43% da renda total e geram 60% dos empregos, ou seja, 60 milhões de brasileiros têm ocupação remunerada nas MPEs.

No segmento de serviços prestados às famílias, como alimentação, actividades recreativas e culturais, serviços pessoais, actividades de ensino e alojamento, as micro, pequenas e médias empresas contribuem com 22% do total de pessoas ocupadas no sector (IBGE, 2005).

Conforme dados de 2006 da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 74% das empresas exportadoras brasileiras são micro, pequenas ou médias empresas, ao que pese o volume de recursos exportados não ultrapassar 1,4% do total, os dados demonstram o grande potencial exportador desta categoria de empresas.

Apesar dos indicadores positivos o índice de mortalidade dos empreendimentos brasileiros é alto, 22% das empresas encerram suas actividades com até dois anos de funcionamento. Se consideradas as empresas com até quatro anos de existência, os índices sobem para 59,9% (SEBRAE, 2007).

Em pesquisa realizada pelo SEBRAE, no período de 2003-2005, com 14.181 empresas constituídas nos anos de 2003, 2004 e 2005, distribuídas nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal, foram identificadas as principais causas para o fechamento prematuro das empresas: comportamento empreendedor pouco desenvolvido (atitudes empreendedoras insuficientes); deficiências no planeamento antes da abertura das empresas; deficiência na gestão após a abertura do negócio; políticas insuficientes de apoio ao sector; conjuntura econômica deprimida e problemas pessoais, dentre outras de menor relevância. Entretanto, as causas para o sucesso dessas organizações estão intimamente ligadas à capacidade dessas empresas inovarem no processo de gestão e no uso de novas tecnologias.

Neste sentido, alguns autores como Donadio (1983), Gonçalves e Gomes (1993), Nicolsky (2008) e Schumpeter (1934) apud Teixeira, Rocha, (1994) incrementam a discussão adicionando

o factor da inovação como diferencial para a sustentabilidade das organizações.

Para Nicolsky (2008) «a inovação destina-se a dar mais competitividade a uma tecnologia, ou descoberta tecnológica, de um produto ou processo, ampliando a participação da empresa no mercado e, assim, agregando valor econômico e lucratividade». Para Nicolsky (2008, p.1) a inovação permite que as empresas possam competir internacionalmente.

Conforme pesquisas efetuadas pelo SEBRAE, podemos apresentar os seguintes dados: as MPEs vêm progressivamente aumentando sua relevância na economia brasileira. Constatou-se que em termos agregados esta participação era de 21% em 1985, aumentou para 23% em 2001 e para 27% em 2011. Esta participação aumentou tanto em serviços como no comércio tendo-se reduzido um pouco na actividade industrial, onde predominam médias e grandes empresas que se beneficiam de economias de escala. A importância das MPE no período 2009-2011 é realçada em todas as dimensões e em todas as actividades:

- No sector de serviços as MPE - geraram 36,3% do total do valor adicionado do sector; representavam 98,1% do número de empresas; empregaram 43,5% dos trabalhadores; e, pagaram 27,8% das remunerações de empregados no período;
- No sector de comércio as MPEs - geraram 53,4% do total do valor adicionado do sector; representavam 99,2% do número de empresas; empregaram 69,5% do pessoal ocupado no sector; e, pagaram 49,7% das remunerações dos empregados do sector no período;
- No sector industrial as MPEs – geraram 22,5% do valor adicionado do sector; representavam 95,5% do número de empresas; empregaram 42% do pessoal ocupado no sector; e pagaram 25,7% das remunerações de empregados no período.

Os contributos do SEBRAE para esse desempenho tem sido fundamental, através de incentivos e treinamento para que os empreendedores formalizem suas actividades, o que lhes possibilita enormes vantagens em termos de acesso a crédito e acesso a mercados que não estão disponíveis para empreendimentos informais.

Embora o capitalismo moderno se caracterize por forte tendência à concentração em grandes empresas, o lugar de MPEs está garantido em actividades como serviços e comércio, em que economias de escala não sejam tão relevantes como ocorre nas actividades industriais. Para isso as ações do SEBRAE se fazem cada vez mais necessárias.

Conforme exposto no site Empresômetro no endereço <http://empresometro.cnc.org.br/estatisticas> em 3 de janeiro de 2017, as MPEs somavam 16.393.734. Desse total, 6.765.711 correspondiam a microempreendedores individuais (MEIs)

e 9.628.023 eram MPEs.

Ainda segundo o referido site, na mesma data, 4.959.277 MPEs aderiram ao Simples Nacional como o regime tributário para pagamento de impostos e contribuições; enquanto o restante, isto é, 4.668.746 MPEs, encontrava-se nos regimes fiscais de pagamento de impostos alternativos: ou no regime do lucro real ou no do lucro presumido.

Com relação à opção do regime tributário, é sempre bom lembrar que a lei faculta o Simples Nacional para as MPEs, tornando esse regime opcional. O Simples Nacional pode parecer vantajoso em muitos casos por causa da facilidade do pagamento de oito impostos numa única guia, além da dispensa de algumas obrigações acessórias.

De qualquer maneira, a opção pelo melhor regime tributário por parte da MPE deve apoiar-se no trabalho do contador – o qual pode servir como consultor ou orientador financeiro.

Para a escolha do regime tributário no qual a MPE irá arcar com menos impostos, o contador elabora uma simulação no sistema do Simples Nacional a fim de definir para a empresa qual poderá vir a ser a melhor opção.

Conforme posicionamento do SEBRAE (2013), no Brasil, nos últimos anos, temos visto um forte aumento na criação de novas empresas e de optantes pelo Simples Nacional, regime fiscal diferenciado e favorável aos Pequenos Negócios. Em dezembro de 2012, havia 7,1 milhões de empresas registradas nesse regime. Este número ficou 26% acima do verificado em dezembro do ano anterior. Em 2011, a expansão já havia sido de quase 30%.

As mudanças que temos vivenciado no nosso país, no contexto das políticas em favor dos Pequenos Negócios, têm proporcionado uma verdadeira revolução no ambiente desses empreendimentos. São exemplos, a criação da Lei Geral das MPEs em 2006, a implantação do MEI em 2009, e a ampliação dos limites de faturamento do Simples Nacional em 2012.

O crescimento do número de novas empresas, se associado à melhora na competitividade, tende a gerar impactos expressivos na economia brasileira, seja em termos de maior oferta de empregos, melhores salários, ampliação da massa salarial e da arrecadação de impostos, a melhor distribuição de renda e o aumento do bem-estar social.

A criação de novas empresas vem ganhando impulso em todo o território nacional. Com isso, amplia-se também a responsabilidade nos órgãos de apoio a esses empreendimentos, no sentido de viabilizar sua sustentabilidade no longo prazo. O SEBRAE (2013) está atento a isso, e na revisão do seu Mapa Estratégico para 2022, realizada recentemente, ratificou como sua missão «Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos Pequenos Negócios e

fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional».

Segundo o Empresômetro, no dia 31 de dezembro de 2016, a distribuição espacial das MPE no País mostrava forte concentração e, portanto, maior número na região Sudeste (visualmente, foi possível observar no mapa das MPE o fenômeno). Apenas três estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) respondiam por 47,3% do total. Se dois estados do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná) fossem adicionados a esses três, ter-se-ia na referida data que cinco das 27 unidades da Federação concentravam 61,4% das MPE brasileiras.

Essa informação e outras podem ser obtidas a partir da Tabela 2.1 a seguir:

Tabela 2.1: Distribuição espacial das MPEs no País

Estado	Nº de MPE	Participação (%)
SP	4.359.131	27,7
MG	1.632.713	10,4
RJ	1.450.566	9,2
RS	1.141.852	7,2
PR	1.092.513	6,9
BA	884.107	5,6
SC	661.851	4,2
GO	574.625	3,6
CE	485.245	3,1
PE	482.999	3,1
ES	342.606	2,2
PA	333.303	2,1
DF	292.845	1,9
MT	298.545	1,9
MA	248.342	1,6
MS	212.120	1,3
PB	187.537	1,2
RN	190.858	1,2
AL	153.712	1,0
AM	163.234	1,0
PI	136.469	0,9
RO	111.654	0,7
TO	107.976	0,7
SE	97.403	0,6
AC	41.536	0,3
AP	40.088	0,3
RR	29.100	0,2
Total	15.752.567	100,0

Fonte: **Empresômetro**

2.1.3. Taxa de mortalidade das MPEs

Conforme o SEBRAE, as MPEs vêm sendo há muito tempo alvo de atenção na economia brasileira devido seu potencial de geração de renda e de emprego. O bom desempenho da economia brasileira no período 2000-2011, aliado às políticas de crédito, impulsionou o crescimento das MPEs no país e confirmou sua expressiva participação na estrutura produtiva nacional. Nesse mesmo período, verificou-se aumento do número de estabelecimentos das MPEs e do emprego gerado por estes estabelecimentos.

Em 2011, as MPEs responderam em média por 99% dos estabelecimentos, mais da metade dos empregos formais de estabelecimentos privados não agrícolas do país e por parte significativa da massa de salários paga aos trabalhadores destes estabelecimentos (SEBRAE, 2012).

Apesar do peso econômico dessas empresas, seu ciclo de vida costuma ser curto, devido à chamada taxa de mortalidade decorrente das dificuldades e desafios encontrados na implementação, gerenciamento e manutenção do negócio, decorridos da falta de planejamento e uma boa gestão financeira, que nem sempre são considerados quando se trata de administrar essas MPEs, factores estes que são cruciais à sua sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo.

Conforme Site do governo do Brasil, de cada 100 MPEs abertas no Brasil, 73 permanecem em actividade após os primeiros dois anos de existência. Segundo o estudo “Sobrevivência das empresas”, feito pelo SEBRAE, estes são os anos mais críticos para uma empresa, entre 2010 e 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos passou de 54% para 77%. Em boa parte, essa melhora se deve à ampliação do número de MEIs. Quando os MEIs são excluídos da análise, a taxa de sobrevivência cresce apenas 4 pontos percentuais, passando de 54% para 58%.

A pesquisa feita pelo SEBRAE aponta, que as indústrias são as que mais obtêm sucesso. De cada 100 empresas abertas, 75,1% permanecem ativas nos dois anos seguintes. Em seguida, aparecem comércio (74,1%), serviços (71,7%) e construção civil (66,2%). As empresas da região Sudeste apresentam os melhores índices (76,4%). Na sequência, vêm as regiões Sul (71,7%), Nordeste (69,1%), Centro-Oeste (68,3%) e Norte (66,0%).

Em um período de 2 anos, comparando o desempenho nacional com o de outros países, o índice de sobrevivência das MPEs brasileiras é superior ao de nações como Espanha (69%), Itália (68%) e Holanda (50%), conforme dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Além do aquecimento da economia brasileira, a maior sobrevivência das empresas no Brasil, deve-se principalmente ao avanço da legislação, o aumento na escolaridade dos empreendedores e o forte crescimento do mercado consumidor interno, apontou o presidente do SEBRAE Nacional, Luiz Barretto, durante o lançamento da pesquisa sobre a sobrevivência das MPEs brasileiras, em outubro de 2011.

Em 2010, 58% das EPPs fecharam as portas antes de completar cinco anos. Em relação a 2009, este índice era de 62%. Entre os principais motivos descritos pelos empreendedores estão a falta de clientes (29%), capital (21%), concorrência (5%), burocracia e os impostos (7%).

Segundo o SEBRAE, outros factores influenciam no processo de mortalidade das MPEs como: a falta de planeamento, de técnicas de marketing, de avaliação de custos e fluxo de caixa, entre outros.

Conforme o Portal Brasil, os dados do Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC), ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, e Comércio Exterior (MDIC), são constituídas no Brasil em torno de 440 mil novas empresas por ano. Dessas, cerca de 80 mil empresas fecham as portas.

Para evitar este número, o SEBRAE recomenda 10 dicas para a sobrevivência das empresas. Conforme abaixo:

- 1) Planeje-se sempre;
- 2) Respeite sua capacidade financeira;
- 3) Não misture as finanças da empresa com finanças pessoais;
- 4) Fique de olho na concorrência;
- 5) Prospecte novos fornecedores;
- 6) Tenha controlo do seu estoque;
- 7) Marketing não se resume à anúncio, invista em outras estratégias;
- 8) Inove mesmo que seja um produto/serviço de sucesso;
- 9) Invista sempre na formação empresarial;
- 10) Seja fiel aos seus valores e do seu negócio.

Segundo o Anuário do Trabalho na MPE do SEBRAE, no Brasil as MPEs representavam 97,5% do total de empresas constituídas no país, a contribuir directamente para a economia gerando

postos de trabalho e renda. Porém 22% destas empresas decretam falência antes de completar os dois primeiros anos de existência. Segundo Chiavenato (2008, p. 15), «nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam».

Diante disso ele aponta algumas das possíveis causas de mortalidade nas empresas, que são apresentadas na figura 2.2:

Figura 2.2 - Causas de mortalidade nas MPEs

Inexperiência- 72 %	Incompetência do empreendedor Falta de Experiência de campo Falta de experiência profissional Experiência desequilibrada
Fatores econômicos - 20 %	Lucros insuficientes Juros elevados Perda de mercado Mercado consumidor restrito Nenhuma viabilidade futura
Vendas Insuficientes - 11 %	Fraca competitividade Recessão econômica Vendas Insuficientes Dificuldade de estoques
Despesas excessivas - 8 %	Dividas e cargas demasiadas Despesas operacionais
Outras causas - 3 %	Negligencia Capital insuficiente Clientes insatisfeitos Fraudes Ativos insuficientes

Fonte: Chiavenato (2008, p.15)

Conforme pesquisa do SEBRAE (2011), os factores que influenciam na mortalidade das empresas nos primeiros anos de vida são variados. Entretanto, como factor crucial pode-se destacar a dificuldade encontrada no acesso ao mercado, principalmente nos quesitos propaganda inadequada; formação incorrecta dos preços dos produtos/serviços; informações de mercado e logística deficiente. Estes entraves são oriundos da falta de um adequado planeamento por parte dos gestores. Os índices de sobrevivência/mortalidade supracitados podem ser usados como balizadores para uma acção mais proactiva dos profissionais de contabilidade.

Se pressupõe que, em virtude de possuírem informações contábeis que podem auxiliar na estruturação de sistema de gerenciamento das empresas, as mesmas não veem sendo utilizadas. Assim sendo, tanto para as empresas, que não os possuem, quanto para as que possuem um sistema de gerenciamento, ambos se revelam pouco actuante.

O principal intuito é buscar ações conjuntas e a interação de conhecimentos entre os gestores e ou donos dos estabelecimentos e o profissional da contabilidade e, conseqüentemente, tentar reduzir estes índices de sobrevivência/mortalidade das MPEs. Já que, estatisticamente, os gestores e administradores entendem bem os processos fabris dos seus negócios e encontram dificuldades em relação às decisões de cunho estratégico e financeiro.

Segundo os resultados da pesquisa realizada em julho de 2017, pelo SEBRAE, 43% dos entrevistados têm nível superior, sendo que 9% têm nível superior incompleto e 34%, nível superior completo; 10% têm pós-graduação. Ou seja, mais da metade dos donos de ME e EPP tem, no mínimo, nível superior. Mas existe uma parcela desses empresários que têm “somente” o nível médio completo (28%).

Considerando as MPEs como destaque na representatividade na economia do Brasil, e que a grande maioria fecham suas portas em menos de dois anos de actividade, conclui-se então um elevado índice de mortalidade envolvendo as mesmas, onde-se apontam como um dos principais factores um inadequado sistema de gestão.

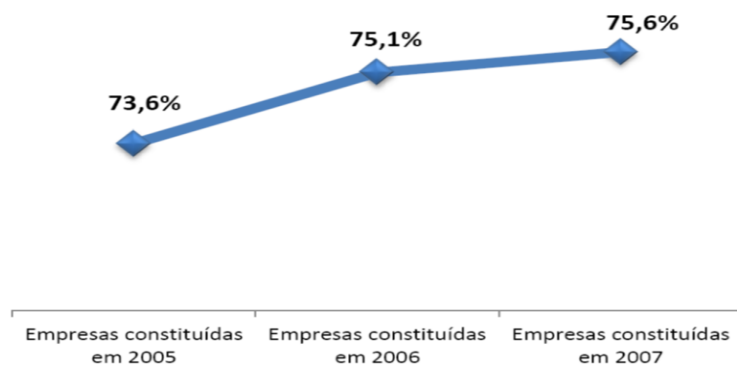
2.1.4. Taxas de sobrevivência das empresas no Brasil

As MPEs são importantes na economia considerando o contexto brasileiro, entretanto estas organizações apresentam uma alta taxa de mortalidade, com vistas a explanação dos factos se pode apontar alguns dos factores que vem a acarretar este alto índice, sendo o principal deles o que envolve o sistema de gestão.

Tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2007, e as informações sobre estas empresas disponíveis no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB) até 2010, a taxa de sobrevivência das empresas com até dois anos de actividade foi de 75,6%. Essa taxa foi superior à taxa calculada para as empresas nascidas em 2006 (75,1%) e nascidas em 2005 (73,6%).

Como a taxa de mortalidade é complementar à da sobrevivência, pode-se dizer que a taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos caiu de 26,4% (nascidas em 2005) para 24,9% (nascidas em 2006) e para 24,4% (nascidas em 2007), conforme exposto no Gráfico 2.1.

Gráfico 2.1 - Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, evolução no Brasil



Fonte: SEBRAE

Notas: As empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009. As empresas constituídas em 2007 foram verificadas nas bases de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Gráfico 2.2 - Taxa de mortalidade de empresas de 2 anos, evolução no Brasil



Fonte: SEBRAE

Notas: As empresas constituídas em 2005 foram verificadas nas bases de 2005, 2006, 2007 e 2008. As empresas constituídas em 2006 foram verificadas nas bases de 2006, 2007, 2008 e 2009. As empresas constituídas em 2007 foram verificadas nas bases de 2007, 2008, 2009 e 2010.

2.1.4.1. Resultados por sectores de actividade

Em termos sectoriais (tabela 2.2), para as empresas nascidas em 2007, verifica-se que a maior taxa de sobrevivência foi registrada nas empresas do sector industrial (79,9%), seguida pela taxa do comércio (77,7%), pela construção (72,5%) e pelo sector de serviços (72,2%).

O bom desempenho do sector industrial é puxado pelas empresas da indústria nas regiões Sudeste e Sul, onde a taxa de sobrevivência dessas empresas chega a 83,2% e 81,4% respectivamente (Tabela 2.2).

Tabela 2.2: Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2007, por regiões e sectores

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	BRASIL
Indústria	71,1%	74,1%	83,2%	81,4%	76,5%	79,9%
Comércio	74,4%	75,5%	79,9%	76,6%	76,1%	77,7%
Construção	56,3%	63,5%	77,3%	74,2%	70,1%	72,5%
Serviços	58,9%	62,9%	75,7%	71,8%	70,5%	72,2%
TOTAL	68,9%	71,3%	78,2%	75,3%	74,0%	75,6%

Fonte: SEBRAE

Nota: As empresas constituídas em 2007 foram verificadas nas bases de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Mitchell, Reid e Smith (2000), afirmam que «a pequena empresa é um componente importante de uma economia de mercado moderna e, de grande relevância para o desempenho da economia nacional». Apesar da diversidade de motivos, o talento natural ou uma situação de contingência como a perda do emprego, são na maioria dos casos os factores que estimulam a criação de uma pequena empresa.

Devido ao espírito empreendedor brasileiro é possível observar constantemente o surgimento de MPEs que por inúmeros motivos acabam fechando suas portas antes dos cinco primeiros anos de vida. Os factores mais comuns podem ser observados pelas seguintes causas multifactoriais, dentre elas: a falta de planeamento prévio, gestão deficiente do negócio, insuficiência de políticas de apoio, flutuações na conjuntura econômica, além da alta carga tributária e muita das vezes a falta de capital de giro do empreendedor. Considerando assim, a gestão como um dos aspectos primordiais para continuidade das organizações.

2.2. Gestão das organizações

Gestão se constitui em um contínuo processo de tomada de decisões. Tal conceito é verdadeiro em qualquer ambiente de gestão.

Reis (2018, P.21) define gestão como «um processo estruturado de forma a possibilitar a produção de bens e serviços com o empenho dos membros da organização», o que significa que a gestão compreende um conjunto de operações que visam garantir a realização de um bom desempenho por parte dos recursos organizacionais, no intuito de serem atingidos os objectivos e as metas previamente delineados, de forma eficiente e eficaz, através das suas principais funções: planeamento, organização, direcção e controlo.

O processo de tomada de decisão é rotina na vida das pessoas, envolve diferentes níveis de responsabilidade e pode afetar o decisor pessoalmente, as pessoas ao seu redor, a organização como um todo, ou mesmo a própria nação.

Na prática, a decisão se elabora de forma mais ou menos caótica, sobre a base de um confronto permanente das preferências e interações dos diferentes atores. (Ensslin & Borget,1998).

A tomada de decisão organizacional é formalmente definida como o processo de identificação e solução de problemas. O processo contém dois estágios principais: no estágio de identificação do problema, a informação sobre as condições ambientais e organizacionais é monitorada para determinar se o desempenho é satisfatório e para diagnosticar a causa das falhas; o estágio de solução do problema se dá quando os caminhos alternativos de acção são considerados e uma alternativa é seleccionada e implementada (Daft, 2006, P.372).

Segundo Roy (1985), a decisão se elabora de forma mais ou menos caótica, sobre a base de um confronto permanente das preferências dos diferentes atores (intervenientes, agentes, etc.) no decurso de interações concomitantes e/ou sucessivas que se encontram entre os atores no campo onde actuam. É o desenrolar destes confrontos e destas interações que constitui-se o que se chama de processo de decisão.

Lacombe e Heilborn (2003) afirmam que para se chegar à decisão adequada em uma organização é preciso fazer uma análise do sistema considerando todas as variáveis de todos os elementos e as inter-relações entre eles e as relações do sistema como o meio ambiente. Tanto para a organização quanto para os indivíduos, toda a decisão envolvem riscos e incertezas.

A tomada de decisão é o processo de identificar um problema específico e seleccionar uma linha de acção para resolvê-lo (Stoner e Freeman,1999, p. 182).

As MPEs são preponderantemente empresas familiares e ocupam um espaço importante na economia brasileira. Estão presentes nos vários sectores e ramos da economia, apresentando alto grau de heterogeneidade entre si (Leone, 1991;1999).

As variações nas composições das MPEs ocorrem nas formas de tecnologias adotadas, estruturas organizacionais desenhadas, recursos humanos utilizados, produtos e serviços oferecidos, clientela atendidas e localização geográfica. Estas formas são frutos das decisões e ações tomadas pelos sócios proprietários fundadores das MPEs ao longo da constituição destas.

De modo geral, os estudos sobre gestão de MPEs partem de uma abordagem tradicional em administração, cuja formulação tem origem e fim nas grandes empresas multinacionais e são contextualizadas em países desenvolvidos (Bertero, Caldas & Wood Júnior, 1999).

Conforme revista FAE (2016), As MPEs não são empresas grandes em tamanho menor, elas têm suas especificidades. A complexidade e o tamanho da economia brasileira exige o desenvolvimento de uma literatura de administração aplicada às MPEs que consiga conciliar os conceitos teóricos com a prática gerencial destas empresas.

Bortoli (1980) comenta que «as pequenas e médias empresas pertencem, geralmente, a um indivíduo ou grupos familiares que detêm uma gestão pouco especializada».

Da mesma maneira Braga (1988) registra que «o parentesco, e, não a competência profissional, é considerado no momento da escolha das posições estratégicas».

Segundo Johnson e Scholes (1993) as empresas em questão normalmente apresentam as seguintes características: operar em um único mercado, com um número limitado de produtos; sofrer pressões competitivas significativas; tomada de decisões influenciadas pelos fundadores do negócio; inexistência de executivos ou profissionais com experiência e qualificação para lidar com essas pressões.

As MPEs se constituem em objecto de gestão, ou seja, elas funcionam impulsionadas por um processo de tomada de decisões.

Segundo os autores Mosimann e Fisch (1999), a palavra gestão se origina do latim “gestione” tendo como significado o ato de gerir, gestão e administração.

Para Lunkes (2007, p. 14), o processo de gestão abrange todas as funções, entendidas como: planejamento, direção, motivação e controle. Sendo que cada etapa dessas funções exige o factor informação, contando assim com a presença da contabilidade como auxílio de todo processo.

Relativo a etapa de planeamento, a contabilidade tem como o foco o planeamento estratégico e na conversão dessa etapa em objectivos financeiros, sendo feito através do orçamento.

Como auxílio as administradores nas etapas de motivação, direcção e controlo, a contabilidade dispõe de relatórios, especificamente realizados para auxiliar no processo decisório da entidade, informações relativas aos custos, entre outros que proporcione ao gestor que suas atribuições sejam realizadas de uma melhor maneira possível.

Relativo à fase de controlo efetua-se a comparação entre o esperado e o realizado. O controlo serve para que se possam adoptar medidas de correção e eventuais ajustes no decorrer das ações empresariais, considerada por Jiambalvo (2002) como factor importante de avaliação de desempenho de gestão e processos.

Conforme o autor Oliveira (2004), a aplicação das informações contábeis nessa fase possibilita analisar se os objectivos propostos e as ações planejadas estão alcançando os resultados deles esperados.

Em relação às MPEs, muitas vezes o proprietário pode desconhecer as técnicas gerenciais que servem de apoio em sua gestão, ocorrendo ausência de funções de gestão, de regras delineadas, de uma divisão de tarefas entre os trabalhadores, entre outros factores.

Drucker (1981) recorda que um PE detém recursos limitados, quer relacionado ao pessoal, assim como relativo a dinheiro, face o exposto precisa de um sistema de controlo e informação próprio, visando assegurar que seus recursos possam ser empregados gerando resultados.

Diante dos factos explanados conclui-se o processo de gestão como sendo essencial para rentabilidade e liquidez e continuidade das MPEs.

2.2.1. Funções da gestão

O processo de gestão de qualquer organização, independentemente de características como tamanho, área de actuação, tipo de negócio etc., se constitui, invariavelmente, em complexidades. De tal modo, uma abordagem que segregue esse processo em partes, permitirá uma compreensão mais ampla do mesmo.

Conforme Reis (2018), a gestão integra quatro fases que os colaboradores desempenham de forma a permitirem atingir os objectivos previamente delineados pela organização, como:

√ Planeamento - definir os objectivos para a organização e a forma como os mesmos devem ser atingidos, ou seja, é o processo de determinar previamente o

que deve ser feito, como fazê-lo, quando, por quem e com que meios;

√ Organização - especificar a explanação das interações entre os vários departamentos de uma organização de forma a atingir os objectivos predelineados e define as actividades efetuadas por cada membro;

√ Direcção - orientar e dirigir o comportamento dos membros da organização de forma a serem alcançados os objectivos organizacionais. A função da direcção pode incluir a liderança que é capacidade de influenciar e motivar os liderados a atingirem o objectivo grupal, a comunicação que é o processo de permuta de informações, e a negociação no sentido de ser um processo dinâmico, que procura encontrar e estabelecer um compromisso equitativo e motivador, (para alcançar os objectivos desejados) e que possa satisfazer ambas as partes;

√ Controlo de gestão - Avaliar os resultados obtidos face aos objectivos planeados, e aplicar se necessário, medidas correctivas para colmatar os desvios.

Ainda conforme Reis (2018), O processo de gestão é uma sequência destas funções, embora as mesmas não possam ser tratadas individualmente porque são interdependentes e influenciam-se mutuamente, o que representa um ciclo contínuo e em contínua adaptação à envolvente externa e ao meio ambiente interno da organização.

Entretanto cabe ao gestor orientar – se baseado nas funções da gestão com todos seus objectivos bem delineados de formar a alcançar o factor informação que será esta a base de decisão no processo de gestão, as funções da gestão serão bem cumpridas na medida em que o gestor conte com informações.

2.2.2. Níveis de gestão

Do ponto de vista de organização funcional, as actividades de uma organização podem ser separadas de distintas maneiras, isto dependendo de fatores como tamanho, natureza da actividade, número de empregados etc., sendo que a separação deve, entre outros aspectos, buscar assegurar a continuidade do negócio.

Os níveis de gestões propostas nas organizações conforme Reis (2018) definem que, os colaboradores ocupam três níveis de gestão diferentes conforme as funções que desempenham:

√ No nível de gestão estratégico ou institucional localizam-se os gestores de topo da organização, tal como os membros do conselho de administração. Estes

delineiam os objectivos gerais, tomam decisões estratégicas e de planeamento de médio e longo prazo, definem os recursos a utilizar, e efetuam a ligação entre a organização e o meio envolvente de forma a cumprir a missão da organização.

√ O nível tático ou intermédio situa-se entre a gestão de topo e os gestores operacionais que tomam decisões de nível médio, efetuam os planos de curto e médio prazo, ou seja, traduzem os objectivos genéricos e os planos desenvolvidos pelos gestores de topo, em objectivos e actividades específicas, que são as componentes táticas. Este nível de gestão inclui os membros executivos e chefes de nível médio.

√ O nível operacional inclui os gestores de 1ª linha, como os chefes de secção que tomam as decisões rotineiras e executam tarefas muito específicas tal como operações de produtos ou serviços, de carácter imediato, e executam os planos estabelecidos pelos níveis de gestão superiores.

A estratégia pode ser definida como processo controlado, consciente e formal das organizações (Ansoff, 1979).

Para Mintzberg e Quinn (2001), a estratégia tem como objectivo fixar a direcção, focalizar o esforço, definir a organização e prover consistência às acções. Apesar de os dois autores falarem para as grandes empresas, estas duas definições teóricas são importantes para contextualizá-las no ambiente das MPEs, pois estas estão na fase de desenvolvimento e formalização de suas actividades gerenciais e organizacionais (Greiner,1998).

O conceito estratégia pode ser entendido como formulação da visão de futuro, da missão (e/ou papel institucional) e dos objectivos e metas da empresa, bem como o plano de acção para alcançá-los, considerando as forças e fraquezas internas e os impactos das forças do ambiente e da competição (Oliveira, 2010).

Além disso, o conceito também pode ser visto como uma teoria de como se obter vantagens competitivas (Barney & Hesterly, 2007; Porter,1980).

Um bom processo de gestão é essencial e indispensável para qualquer organização, voltada a seus objectivos primordiais elencados como a rentabilidade e liquidez das empresas e sua continuidade no mercado econômico.

2.2.3. Rentabilidade e Liquidez: sua importância no processo de tomada de decisão da gestão

A administração financeira é entendida como conjunto de actividades relacionadas à gestão de recursos financeiros gerados e consumidos em uma empresa, a considerar os índices de rentabilidade e liquidez a serem mais observados dentro da gestão das organizações sendo estes o objecto da tomada das decisões entre os gestores.

Dessa forma, assume a responsabilidade de obter de recursos necessários e aplicá-los de forma a otimizar seu uso, em busca da maximização de lucro ou do valor de mercado do capital dos sócios (ROSS, 2000).

Assim, a gestão do capital de giro assume grande relevância no desenvolvimento das actividades empresariais. Conforme Assaf Neto (2003), é sabido que «o ativo circulante se constitui, para diversos segmentos empresariais, no grupo patrimonial menos rentável. Os investimentos em capital de giro [...] não geram directamente unidades físicas de produção e venda, meta final do processo empresarial de obtenção de lucros».

Outros autores como Ross (2000) e Gitman (2003) corroboram essa ideia, apontando um dilema entre manter um elevado montante empregado no capital de giro e maximizar a rentabilidade da empresa. Ou seja, valores elevados aplicados no ativo circulante tendem a gerar custos para sua manutenção, não agregando valor à empresa prejudicando a rentabilidade.

Conforme Stoll e Curley (1970) e Davidson e Dutia (1991) manter uma baixa liquidez (devido a descapitalização de longo prazo) é a principal causa da falência de PEs (no contexto norte-americano). Para Shin e Soenen (2000) a gestão do capital de giro é extremamente importante para administrar o tradeoff entre rentabilidade e liquidez. Verifica-se assim um dilema aos gestores entre a liquidez e a rentabilidade demonstrada através de uma relação negativa entre as duas variáveis.

No entanto, Hirigoyen (1985) questiona se a médio e longo prazo não existiria uma influência entre a rentabilidade e liquidez, ou seja, uma relação positiva entre elas, no sentido de que uma baixa liquidez resultaria em uma baixa rentabilidade devido a maior necessidade de empréstimos e uma baixa rentabilidade não geraria autofinanciamento suficiente, formando assim um ciclo vicioso.

Sendo assim, os indicadores econômicos servem para que os gestores possam analisar como anda a saúde financeira da entidade. Através deles, são conhecidas comparações do desempenho durante certo período de tempo, avaliando a positividade das escolhas tomadas. Até mesmo

mostrando erros eventuais, que ainda possam ser corrigidos e diminuindo seu impacto nas economias da instituição.

O índice de rentabilidade serve para demonstrar a relação do lucro operacional com as vendas/serviços, enquanto o índice de liquidez faz a avaliação de até quanto a empresa pode assumir com suas obrigações. É de extrema importância para que a administração possa dar a continuidade na instituição.

2.2.4. A relevância do factor informação no processo decisório das organizações

Como de se destacar a importância da gestão para os objectivos das MPEs, se considera que a mesma apenas vem a fazer sentido de maneira em que se possa contar como o factor informação, sendo este factor essencial para o processo decisório das empresas.

Inicialmente, é importante conceituar a informação. O conceito sobre informação e seus sistemas vem, aos poucos, sendo ampliado com o avanço das pesquisas.

Pesquisas relacionadas à informação pode ser definida como o resultado da análise de dados que, por sua vez, se considerados quaisquer elementos identificados em sua forma bruta, que por si só não conduzem a uma compreensão de determinado facto ou situação, conforme apontam Laudon e Laudon (1996).

A informação é uma relação situacional, observada entre sujeito e objecto, que torna possível a seleção da acção pela qual o próprio sujeito pode atingir alguma espécie de valor de uso (Masuda, 1982, p. 74).

Ciborra (1992) afirma que «a informação pode ser compartilhada somente se, em ambas as pontas, o mesmo entendimento do contexto relevante estiver disponível e se os atores presentes na troca de informações entender o sentido dos sinais transmitidos e recebidos, fazendo referência a contextos similares de interpretação». Percebe-se, na literatura, uma dificuldade em conceituar a informação, pois ela pode ter muitos significados.

Rotineiramente, utiliza-se a informação no processo de tomada de decisões (Bazerman, 2004; Hammond, Keeney e Raiffa, 2004; Clemen, 1996; Mcgee & Prusak, 1994).

É notório que o controlo das organizações evoluiu com o passar dos tempos, e o que antes era totalmente manual, passa a ser automatizado através de sistemas de informação, que auxiliam no controlo gerencial, buscando aprimoramento contínuo da gestão e de certa forma

diminuindo o armazenamento de documentos (Teófilo & Freitas, 2007).

O Sistema de Informação por sua vez tem como conceito a transformação de dados, sendo estes elementos brutos dentro da empresa, em informações - uma vez que ambos em seu conjunto têm a finalidade de auxiliar todo e qualquer processo de gestão.

Com a utilização dos sistemas de informações, as organizações que as possuem, tendem a ter um controlo mais eficiente sobre suas operações e conseqüentemente a garantir melhores resultados, sendo assim, uma ferramenta ágil e segura para os usuários (Teófilo & Freitas, 2007).

Do ponto de vista do factor informação no contexto de um processo de decisão, Clemen (1996), opina que «muitas vezes a informação recebida pelo gestor está incompleta, não se prestando como subsídio ao processo decisório». Neste sentido, consciente da imperfeição das informações disponíveis, o agente decisor deve se utilizar de informações com qualidade para minimizar os efeitos de uma escolha prejudicial.

Daft e Weick (2005) destacam que «a tomada de decisão geralmente parte dos processos de informação e interpretação nas organizações, e que as decisões estão associadas aos diversos modos de interpretação».

Em muitas organizações, o processo de tomada de decisões constitui importante aspecto da actividade de gerenciamento. Espera-se que os gestores tomem melhores decisões e que estas resultem em ações produtivas, rapidez na resolução de problemas e melhor desempenho organizacional (Jung, 2004). Para esse autor, o processo de tomada de decisão pelos indivíduos nas organizações não representa uma tarefa fácil, particularmente quando é analisado o problema da complexidade, da quantidade e da qualidade da informação empregada no processo decisório.

É preciso ter dados e informações que auxiliem o gestor a analisar o cenário, prever os impactos e medir os pontos positivos e negativos, para que então seja possível decidir com a razão. Daí a relevância do factor informação.

2.2.5. Aspectos relacionados à liquidez

A liquidez é tida como um dos objectos almejados na tomada de decisão, conduzida pelo factor informação, sendo este índice de grande relevância para as organizações, face a sua capacidade em se conseguir saldar suas dívidas em tempo suficiente, não dependendo de capital de terceiros para sua sobrevivência.

Dalbello (1999) afirma que «com liquidez a empresa terá recursos para saldar em tempo hábil os compromissos assumidos com terceiros e obter descontos nas transações, ter credibilidade e aproveitar as oportunidades no mercado». A autora acredita que, uma liquidez é eficaz quando os meios de pagamento suprem tempestivamente as necessidades de pagamentos, ou seja, quando tais meios se convertem rapidamente em dinheiro a tempo de cobrir as obrigações que a empresa possui. Em suma, a liquidez envolve a contínua conversão de Ativos ao longo do tempo, a fim de satisfazer as obrigações nos respectivos prazos.

As empresas de um modo geral devem estar atentas na estrutura de seu negócio, em especial nos aspectos relacionados à liquidez, uma vez que, para honrar os compromissos de curto prazo é necessário possuir disponibilidade de recursos suficientes para cobrir essas obrigações. Ou seja, devem possuir uma base financeira sólida para depender cada vez menos de capitais de terceiros para gerir o seu negócio. Pagar as contas em dia não quer dizer que a empresa possui um alto ou bom padrão de liquidez, pois existe diferença entre a capacidade de pagamento e liquidez.

2.2.6. A relação entre rentabilidade e liquidez

A considerar que os gestores tomam suas decisões almejando os índices envolvendo a rentabilidade e liquidez da empresa, é de se considerar estes como de grande relevância para as organizações.

Segundo Assaf Neto (2002) constitui o dilema da administração do capital de giro: segurança (liquidez) x rentabilidade. Os dois conceitos variam de maneira inversa, ou seja, um aumento da liquidez acarreta um decréscimo da rentabilidade, e vice-versa. Em conformidade com as considerações apresentadas, Assaf Neto (2002, p. 170) relata que maiores participações de fontes de recursos de curto prazo promovem, ao mesmo tempo, uma redução da liquidez (maior risco financeiro) e elevação do retorno do investimento (em razão do custo mais barato do crédito de curto prazo). Para uma situação de financiamento inversa, verifica-se uma elevação da liquidez da empresa acompanhada de uma redução em sua rentabilidade.

Segundo Assaf Neto (2002) «uma empresa não poderá usufruir, ao mesmo tempo, de liquidez e rentabilidades máximas, devendo optar por um volume de capital circulante líquido que satisfaça suas expectativas de risco-retorno [...] segurança e rentabilidade adequada».

Uma alta liquidez, além de indicar boa situação financeira, pode até ser do aumento da rentabilidade, embora não esteja afastada a hipótese de haver recursos ociosos (Matarazzo,

2003).

Iudícibus (1998) afirma que «liquidez e rentabilidade interagem uma sobre a outra, levando a uma determinada configuração empresarial».

Para Michalischen e Savoia (2006) na medida em que os ativos circulantes crescem, a rentabilidade da empresa tende a diminuir em função do trade off existente entre rentabilidade e liquidez, quando são comparadas as aplicações entre ativos de curto e longo prazo.

Diante das considerações apresentadas, os índices de liquidez mostram a base da situação financeira da empresa, muitas pessoas confundem índices de liquidez com índices de capacidade de pagamento.

Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos ativos circulantes com as dívidas, procuram medir qual sólida é a base financeira da empresa (Matarazzo 2003, p. 163)

Para fazer análises sobre a liquidez das empresas os analistas dispõem dos tradicionais modelos utilizados para efectuarem os cálculos relativos à liquidez. Autores como Matarazzo (2003), Assaf Neto (2002), Gitman (2004), Iudícibus (1998) corroboram em suas obras descrevendo os principais modelos utilizados para efectuarem os cálculos.

2.2.7. Sobrevivência das organizações x rentabilidade/liquidez

De maneira mais ampla, o capital de giro corresponde aos recursos necessários para uma organização financiar suas necessidades operacionais identificadas desde a compra de matérias-primas até o recebimento pela venda do produto final. Como os elementos que fazem parte do ativo circulante não apresentam sincronia temporal equilibrada em seus níveis de actividade, há a necessidade de manter recursos aplicados em capital de giro.

Conforme Assaf Neto e Silva (2002, p. 14), «giro refere-se aos recursos correntes (curto prazo) da empresa, geralmente identificados como aqueles capazes de serem convertidos em caixa no prazo máximo de um ano».

Segundo Gitman (2004, p. 510), os ativos circulantes, comumente denominados de capital de giro, «representam a proporção do investimento total da empresa que circula, de uma forma para outra, na condução normal das operações». Essa ideia envolve a transição repetida de caixa para estoques para contas a receber e de volta para caixa.

Corroborar essa visão, Silva (2010) quando diz que, o capital de giro, também alcunhado de

capital circulante líquido, significa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, compondo uma medida estática da folga financeira de que a organização dispõe para liquidar suas obrigações de curto prazo. Sua análise deve ser realizada em conjunto com os indicadores de liquidez e indicadores da actividade operacional, combinada com o estudo do capital de giro próprio.

Assaf Neto (2006, apud Silva 2010, p. 165) argumenta que «o Capital de Giro (...) constitui-se no fundamento básico da avaliação do equilíbrio financeiro de uma empresa». Através da análise de seus componentes patrimoniais são conhecidos os prazos operacionais, o volume de recursos permanentes que se encontram financiando o giro, e as necessidades de investimento operacional. Acrescenta o autor que o capital de giro é dinâmico e exige uma análise eficiente e rápida para sua avaliação, uma vez que compromete a solvência da empresa.

Gitman (2004) ressalta que, o Capital de Giro Líquido é geralmente definido como a diferença entre os ativos circulantes e os passivos circulantes. Nesse contexto, quando os primeiros excedem os segundos, a organização possui capital de giro positivo; quando os primeiros são inferiores aos segundos, a empresa possui um capital de giro líquido negativo.

Como fonte de numerários para quitar os passivos circulantes, as organizações fazem a conversão de ativos circulantes de estoques para contas a receber e para caixa. As saídas de caixa para pagamento desses passivos são relativamente previsíveis. Isso porque, quando a organização assume um compromisso, sabe quando ele vai vencer, e, portanto, prepara-se para quitar tal obrigação. Entretanto, a dificuldade maior está em prognosticar as entradas de caixa, já que dependem de factores externos.

Gitman (2004, p. 510) cita que: «quanto mais previsíveis forem suas entradas de caixa, menos capital de giro líquido precisa ter». Mas, como a maior parte das organizações é incapaz de igualar a saídas de caixa com certeza, é preciso que disponham de ativos circulantes em volume superior às saídas exigidas pelos passivos circulantes. Assim, quanto maior a vantagem entre os ativos circulantes e os passivos circulantes, maior a capacidade de saldar as contas quando vencem.

Braga (1989) chama a atenção para a importância da administração do capital de giro, uma vez que envolve um processo contínuo de tomada de decisões voltadas especialmente para a salvaguarda da liquidez da empresa, afetando também a sua rentabilidade. O autor destaca que, as concordatas e falências constituem o encerramento natural para as soluções inadequadas dos problemas de gestão de capital de giro.

Quando as empresas se tornaram insolventes devido ao excesso de imobilizações, é motivada pela ausência de planejamento de expansão da empresa, que não levaram em conta as

necessidades adicionais de recursos para financiar o giro das operações.

Factores como as taxas de juros, o cenário econômico e as preferências pessoais interferem directamente no desempenho e no risco de uma organização. Necessitam de um permanente controlo.

2.3. Informação contábil

Conforme disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.º 785, de 28 de julho de 1995, das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) T 1 – das características da informação contábil, podemos extrair as seguintes definições sobre informação contábil do conceito e conteúdo e atributos da informação contábil:

- A Contabilidade, na situação de ciência social, onde seu objecto é o Patrimônio, pretende, por meio da quantificação, da classificação, do registro, da demonstração, da análise e relato das mutações enfrentadas pelo patrimônio da organização, a elaboração de informações quantitativas e qualitativas sobre a mesma, apresentadas tanto em termos físicos, quanto em termos monetários.
- As informações oriundas da contabilidade devem proporcionar aos usuários dessas informações uma fonte segura para suporte as suas decisões, pela consciência do estado em que se encontra a empresa, sua evolução, eventuais riscos, seu desempenho e oportunidades oferecidas.
- A informação contábil se manifestam por diversos meios, como os demonstrativos contábeis, escrituração ou registros permanentes e ordenados, documentos, livros, planilhas, notas explicativas, pareceres, laudos, análises, entre outros.
- São considerados como usuários dessas informações as pessoas físicas ou jurídicas com interesse na organização, que se utilizam das informações contábeis, de forma permanente ou provisória.
- Os usuários integram, os membros do mercado de capitais, investidores, fornecedores e credores, clientes, autoridades governamentais, meios de comunicação, associações e sindicatos, empregados, controladores, accionistas ou sócios, gestores da própria organização, assim como o público em geral.
- A informação contábil deve ser, verídica e imparcial, de maneira a satisfazer as necessidades

de seus usuários, não podendo remeter privilégios, considerado o facto de que os interesses dos mesmos nem sempre são iguais.

- A informação contábil é aquela apresentada nos demonstrativos contábeis, especialmente as asseguradas em legislação, devem proporcionar divulgação suficiente sobre a empresa, de maneira a facilitar a tornar concretas as finalidades do usuário, cobrindo-se de atributos indispensáveis como os seguintes: confiabilidade; tempestividade; compreensibilidade e comparabilidade.

Em sequência, temos o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente no pronunciamento técnico 00 da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, onde abrange a informação contábil da seguinte maneira, quanto as características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria:

- As características qualitativas fundamentais para que a informação contábil sejam úteis são relevância e representação fidedigna;
- Por informação relevante, entende-se por “aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários”;
- A informação é representada de forma fidedigna quando é “completa, neutra e livre de erro”;
- Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características “que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade”;
- Comparabilidade – “é a característica que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. A comparação requer no mínimo dois itens”;
- Verificabilidade – “A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.” A informação apresentada deve ser perfeitamente verificável. Exemplo: o balanço representa um valor de Caixa e ao se verificar fisicamente, a informação é exatamente aquela apresentada no balanço;
- Tempestividade – “ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões”;
- Compreensibilidade – “Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e

concisão torna-a compreensível”.

A informação é considerada como um recurso efectivo e permanente para as empresas, essencialmente quando planejada e apresentada de forma particularizada e de boa qualidade de uma forma antecipada facilitando as decisões, possibilitando a diminuição de incertezas, a possibilidade de efetuar melhores escolhas e o melhor desempenho nas actividades (Rezende, 2010).

Segundo Lacombe e Heilborn (2003) «a informação equivale aos dados que foram classificados e arrumados de maneira coerente e significativa para uma maior análise e compreensão».

Porton e Longaray (2007) ressaltam o quão relevante é a informação para as empresas:

poder contar com as informações em tempo hábil é de fundamental importância no processo de tomada de decisão na empresa [...] A qualidade dessas informações que dispõem os responsáveis pela tomada de decisões pode ser um diferencial para a empresa perante os concorrentes.

Os mesmos autores ainda acrescentam que uma das preocupações das empresas no momento actual relaciona-se à dificuldade em escolher que informações são relevantes para as decisões que a elas se apresentam, pois é possível se ter no portfólio de dados os mais diversos tipos de informações: desde as que se referem a operacionalização básica da firma até relatórios financeiros de concorrentes.

A informação de natureza contábil manifestar-se por distintos meios, como no caso das demonstrações contábeis, da escrituração e dos registros permanentes e ordenados, documentos, livros, planilhas, pesquisas e análises críticas (CFC & Fipecafi, 1994).

Relativo a questão, esses caminhos buscam abastecer os usuários das informações contábeis do ponto de vista económico, financeiro e física da situação patrimonial de organização, considerando, o objectivo da contabilidade, sendo este, a apresentação patrimonial correcta e a verificação dos motivos de suas mutações (Fipecafi, 1994).

Sobre o assunto, Vasconcelos e Viana (2002) consideram que o objectivo mais relevante da contabilidade é disponibilizar ao usuário da informação contábil os dados que o mesmo precisa para gerenciar o seu negócio, o que pode ocorrer por meio de informes, relatórios, planilhas, entre outros.

A dificuldade que abrange o processo de origem e evidenciação da informação de natureza contábil, conforme Favero et al. (2011, p. 3), «é o resultado das particularidades dos usuários, ordenados com os processos para quais as informações serão aplicadas». Nesse contexto, é

fundamental observar a condição do usuário em compreender as informações contábeis, sendo assim a comunicação entre o profissional contábil e o usuário essencial neste processo.

Para os autores Mcgee e Prusak, (1994) e Beuren, (2000) na organização a informação é considerada como artifício essencial para o processo de gestão, representando um benefício competitivo para as empresas. Alguns autores abordam a importância do factor informação relativo à competitividade entre as empresas, observado em Mcgee e Prusak (1994), Goldratt (1991), Beuren (2000) e Davenport (2000). O número de informações e dados a que as empresas estão expostas cotidianamente provêm de uma gestão eficiente (Beuren, 2000), tornando-se assim um factor essencial para tomada de decisão dentro do ambiente de gestão.

A informação na contabilidade é fornecida com vistas a atender os usuários externos e internos à organização que precisam dessas informações para o processo decisório na empresa. Considerando que estes usuários podem ter preocupações similares relativas à capacidade de produção de caixa, a rentabilidade da organização, com vistas à continuidade de seus negócios (Favero et al., 2011). Assim como, podem existir interesses e necessidades particulares quanto à informação de natureza contábil disponibilizada a seus usuários, a se levar em conta a relação que os mesmos estabelecem com a entidade.

Compreende-se que, a relação do usuário com a entidade oportuna a classificação desses usuários como internos e usuários externos. Resumidamente, relativo aos usuários internos, assim conceituados: “aqueles que trabalham na organização e ocupam funções que seja essencial a tomada de decisões, com isso, os mesmos necessitam de informações direccionadas conforme as suas necessidades. Pode-se definir como usuários externos “aqueles que não detêm relação de trabalho com a organização, contudo precisam dessas informações para o processo de decisão na empresa”, as informações disponibilizadas para estes usuários normalmente seguem um padrão, leva-se em consideração os princípios contábeis e são divulgadas nas demonstrações contábeis (Favero, et al., 2011, p. 3).

Existem nas entidades uma diversidade de fontes e de aplicação da informação (Davenport, 2000). Entre as diversas fontes de informação, evidencia-se a contabilidade, sendo uma ciência responsável pela mensuração, registro e comunicação dos factos que envolvem a actividade da empresa (Carvalho & Nakagawa, 2004), tendo como função principal a de fornecer informações relevantes aos gestores, buscando qualifica-los para que se alcance os objectivos da entidade, com o uso eficaz de seus recursos (Beuren, 2000).

Não obstante, ainda que o objectivo das informações contábeis seja de subsidiar os gestores no processo decisório da entidade, em algumas ocasiões ela pode ter o efeito oposto, se estiverem

incompletas, não demonstrando o desempenho dos negócios (Wernke & Bornia, 2001). As informações contábeis, em condição dos processos financeiros, são apresentadas com atraso e em conjunto se tornando irrelevante para o processo de decisão (Johnson & Kaplan, 1993).

Conforme Revista FAE (2000), A contabilidade, como sistema de informações, caracteriza-se por registrar todas as transações ocorridas nas organizações, constituindo-se num grande “banco de dados”. Seus dados são úteis à administração, além de representarem um instrumento gerencial eficaz para o processo decisório e de controladoria.

A contabilidade voltada simplesmente para o cumprimento das obrigações legais, e as análises delas extraídas, não acrescentam quaisquer valores à empresa, sendo considerado como gastos para as empresas e sendo inábil para atender de forma satisfatória os usuários dessas informações (Oliveira, Perez Júnior & Silva, 2002; Carvalho & Nakagawa, 2004).

Sendo assim, o profissional contábil precisa orientar seu conjunto de informação contábil em conciliação com a real necessidade do usuário das informações (Oliveira, Júnior & Silva, 2002).

Faz-se necessário que os profissionais de contabilidade tenham a consciência da necessidade de uma informação contábil mais elaborada para os gestores das organizações que representam uma classe diferenciada de usuários dessas informações, carecendo de dados apropriados para o processo de tomada de decisão da entidade (Guerreiro, 1992).

Santos (1998) aponta que «a estrutura da contabilidade não é eficaz para fornecer informações que torne possível a análise do desempenho econômico alcançado, e os resultados futuros». Conforme a autora, a contabilidade, em sua ineficiência em desenvolver essas actividades, optam por ser alvo de críticas em diversos aspectos, estando sempre suportada por eventos realmente ocorridos e seus documentos comprobatórios.

Arima (2002) falando sobre o sistema contábil revela: Todos os eventos de uma empresa são registrados pelos sistemas contábeis e esses o processam, gerando relatórios. As operações do ambiente interno, traduzidas pelos eventos, influenciam sobremaneira os sistemas contábeis, que, por sua vez, influenciam o ambiente interno.

Entendendo-se que a afinidade da informação contábil com o dia-a-dia da empresa é muito grande, certamente não poderá ser relegada a fins exclusivamente fiscais, mas, principalmente sustentar tecnicamente as decisões estratégicas das organizações.

Resnik (1991) defende que «o bom sistema de contabilidade seria aquele realmente adequado às necessidades dos entes empresariais e não um que se presume ser necessário». O mesmo autor alerta para o facto de que nem sempre um sistema moderno, automatizado, será o mais indicado

para suprir as demandas da empresa, chegando inclusive a sugerir um sistema manual ou uma terceirização desses sistemas, contanto que se busque o retorno esperado (Resnik, 1991, p.155).

Consoante o que mencionam Hendriksen e Van Breda (1999), cada grupo de usuários tem objectivos diferentes a serem atingidos com o uso da informação, pois tem interesses distintos, como é o caso de representantes das entidades com fins e as sem fins lucrativos. Acrescente-se a isto que, em cada uma destas duas classes de usuários, dependendo de sua motivação, seus interesses sobre as informações econômicas e sociais da empresa também variam de intensidade.

Neste sentido, uma solução comum apresentada pelos autores citados seria a estruturação de relatórios que atendessem às suas respectivas necessidades. Porém, há dificuldades para que isto aconteça, as quais giram em torno da racionalidade destes usuários, ou seja, do seu modelo particular de decisão, que dificilmente pode ser previsto para fins de atendimento informacional.

O Financial Accounting Standards Board (FASB) sustenta que os accionistas, outros investidores e os credores são os principais usuários da informação contábil e que, por isso, a divulgação de informações deve ser útil para tomada de decisões de investimento e outras que norteiam o mercado externo à empresa.

Martin (2002), entretanto, vai além disto. Para ele, o usuário interno da informação contábil também tem que tomar decisões inerentes às operações da empresa, tais como a própria escolha do sistema que formatará a informação, ou a escolha do sistema de avaliação de desempenho, entre outras que permeiam o cotidiano desta classe de usuário – o interno.

A partir disso, depreende-se que a importância da fidedignidade da informação contábil gerada no entorno da gestão de um negócio interessa igualmente tanto aos usuários externos quanto aos internos, cada um guiado por seus interesses específicos intrínsecos às suas actividades.

Segundo Marion (1988), a contabilidade caracteriza-se como «uma ferramenta que auxilia o gestor a tomar decisões». Ela recolhe os dados econômicos, efetuando sua mensuração monetária, registrando e sintetizando-a na forma de relatórios, a contribuir para o processo decisório.

Conforme Simon (1970), «a informação de natureza constitui uma ferramenta essencial para que o gestor possa reexaminar suas decisões».

As informações de natureza contábil são elementares em todas as áreas de gerenciamento da empresa, tais como o planeamento, controlo e análise (Meigs, Johnson & Meigs, 1977). Para o autor Deitos (2003), «o conjunto das informações contábeis, pode auferir a qualquer empresa uma maior segurança no processo decisório, desde que o mesmo seja preparado para suprir as

necessidades de informações de gestão dos seus usuários».

Conforme disposto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 1986), a contabilidade é uma ciência notoriamente social relativo a sua finalidade, tendo em vista que em virtude de sua análise da evolução das organizações, proporciona conhecimento das situações financeiras, da rentabilidade da empresa e de forma indirecta, auxilia os usuários nas tomadas de decisões.

De acordo com os autores Oliveira, Müller e Nakamura (2000), a contabilidade permite interpretar dos acontecimentos contábeis relativos ao patrimônio da empresa, realizar análises, fornecer informações a seus usuários, produzir formas de desenvolvimento, assim como, antever e realizar projeções para os exercícios seguintes, entre outros.

O gestor necessita, para desempenhar suas atribuições, de informações que lhe concedam a permissão de acompanhamento do desenvolvimento de suas actividades e fazer uma avaliação dos resultados derivados dessas acções, a definir metas e políticas que oportunizem a obtenção de seus objectivos, quando estabelecida a relação da contabilidade com a gestão, tendo em vista que a contabilidade pode ofertar ao administrador essas informações (Pitela, 2000).

No que concerne desses conceitos acerca da contabilidade, considera-se como o objectivo primordial o de prover informações suficientes para o processo de gestão da organização.

Segundo o CFC (1995), as informações originadas da contabilidade devem assegurar aos seus usuários uma fonte segura para orientar suas decisões, sendo pela compreensão da situação em que se encontra a organização, seu desempenho organizacional, seu processo de evolução, eventuais riscos e as oportunidades por ela ofertadas. Conforme evidenciado pelo autor Santos (1998), essas informações precisam ser úteis para fazer uma previsão, análise comparativa, verificar a capacidade de geração de riqueza, entre outros.

Entretanto, o profissional contábil pode verificar a melhor maneira de contributo para que a entidade alcance suas metas, a partir do conhecimento das variáveis que tem influência no processo de decisão nas empresas (Paiva, 2000).

Meigs, Johnson e Meigs (1977) apontam que inúmeras decisões nas empresas têm por base os dados da contabilidade.

Conforme Luciano (2000), relativo à área financeira das organizações, as variáveis significativas pertinentes ao processo de decisão são: lucro, preço, liquidez, custo, margem de lucro, rentabilidade, facturamento, endividamento e patrimônio.

Dentro desse pensamento, Padoveze (2005) chega a afirmar que o actual foco das pesquisas sobre a missão das entidades empresariais está centrado no conceito de criação de valor,

associando no mesmo escopo o processo de informação gerado pela contabilidade para que as entidades possam cumprir adequadamente sua missão. Porém, em se tratando de MPEs, nota-se uma ênfase nos aspectos financeiros, destacando-se a preocupação com a economia de recursos.

Sendo assim, para aquelas organizações o contador pode ocupar um importante papel, não podendo-se restringir a um mero escriturador, mas, em última análise, como um consultor incumbido da missão de subsidiar os gestores na tomada de decisão empresarial, o que vai ao encontro da afirmação de Castro (1998) de que o tipo de consultoria do qual o pequeno empresário mais tem necessidade é a contábil.

Cabe salientar que, tendo em vista o cumprimento de seu objectivo em fornecer informações úteis para o processo decisório da organização, a contabilidade tem o dever de se rodear de características essenciais à gestão, como ter utilidade, clareza, ser relevante, entre outras, e ser voltada a gestão dos negócios da empresa (Oliveira, Müller & Nakamura, 2000).

Pode-se considerar assim o factor informação indispensável ao processo decisório da empresa, a considerar que a falta deste pode acarretar um possível mau funcionamento do sistema de gestão da empresa.

2.3.1. Os reflexos das informações contábeis nas organizações

As MPEs estão em crescimento em todo o mundo, elas já fazem parte do mercado globalizado, formando um pilar na economia nacional, fornecendo a maioria dos empregos e gerando renda, sendo uma realidade fundamental à economia.

Entretanto apesar de haver grande número de MPEs, ainda é elevado o índice de empresas que fecham as portas antes de completarem cinco anos de actividades. Maciel et al. (2002) afirma que isso geralmente ocorre devido gestão inadequada. Assim como, por falta de fornecimento de informações úteis, para a gestão o que pode levar as empresas à descontinuidade, principalmente as MPEs, é necessário que empresários e contadores atuem em conjunto auxiliando no andamento dessas empresas (Pires, Costa & Hahn, 2004).

Cabe ao contador fornecer informações contábeis relevantes ao empresário, na eminência de tomar decisões gerenciais e evitar a descontinuidade da instituição.

A contabilidade é essencial para a sobrevivência financeira de uma instituição, pois fornece informações relevantes para o planeamento e avaliações de desempenho das empresas (Stone,

2011). Além de contribuir para o fortalecimento econômico das MPEs junto ao sector, indirectamente, as informações contábeis também fomentam a economia.

Conforme estudos brasileiros acerca a utilização da informação oriunda da contabilidade pelos administradores, os autores (Soares, 1998; Reske Filho, 2000; Zanuteli, 2001) dispõe que, existe um desacordo relacionado aos relatórios contábeis solicitados pelos gestores e os relatórios emitidos pelo sistema de contabilidade para propiciar um suporte na tomada de decisão organizacional, não atendendo as necessidades da informação, tendo em vista ser entregues com atrasos e não possuir uma boa compreensão.

Há importância e necessidade de ampliar a compreensão quanto às informações fornecidas, aos proprietários/gestores das PEs, pela contabilidade, contribuirá para atingir os objectivos econômicos e financeiros das MPEs (Stone, 2011).

Observar-se que a contabilidade através de seus instrumentos de apoio à gestão ou ferramentas é capaz de contribuir para reduzir o número de mortalidade das PEs.

Simon (1965) salienta que o uso de ferramentas na análise de mercado é decisivo, com a utilização de informações qualificadas e embasadas. Ter a disposição ferramentas com dados estratégicos, necessários para tomada de decisões correctas, é a chave para qualquer administrador obter sucesso à frente de suas actividades. Com isso, faz-se imprescindível à elaboração de relatórios complementares visando fornecer informações mais completas aos usuários.

Relativo ao fato exposto Ponte e Oliveira (2004, p. 9) advertem que «as empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis». Pensamento semelhante a este apresenta também Dantas, Zendersky e Niyama (2004, p. 2), quando afirmam que:

evidenciar [...] não significa apenas divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza. Neste sentido, para alcançar a transparência pretendida com o discurso, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das actividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários.

Na elaboração das informações de natureza contábil, os dados são obtidos através de documentos, resumindo-os e sendo disponibilizados a seus usuários por meio de relatórios.

Os documentos denominados de informes contábeis podem ser considerados obrigatórios, os exigidos por lei, em consonância com as particularidades das empresas. Enquadra-se como fonte fundamental de informação dos usuários externos, consideradas como não obrigatórias, as informações com maior liberdade e especificidades (Iudícibus, Marion & Faria, 2009; Coelho & Lins, 2010).

Neste contexto, a resolução do CFC 1.374/11, aponta que as demonstrações contábeis servem de auxílio, para que os usuários das informações contábeis decidam como podem comprar, garantir ou vender ferramentas relativas ao patrimônio da entidade; servem de instrumento de avaliação da gestão da organização quanto as atribuições atribuídas a mesma, observando seu desempenho; verificar a capacidade de a organização em pagar de seus empregados; verificar a segurança dos empréstimos relativos à entidade; deliberar políticas tributárias; definir política de distribuição de lucros e dividendos; preparar e utilizar estatísticas da renda nacional; ou regular as actividades das entidades.

2.3.2. Micros e pequenas empresas: processo de contabilidade formal

Conforme as normas brasileiras de contabilidade, com a resolução CFC nº 1.418, de 05 de dezembro de 2012, Dou 21.12.2012, Aprova a ITG 1000 - Modelo Contábil para ME e EPP. No qual dispõe sobre as demonstrações contábeis:

26.A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.

27.A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis, igualmente conhecidas como demonstrações financeiras, representa o conjunto de informações que devem ser de maneira obrigatória divulgadas anualmente pela gestão da organização e representa a sua prestação de contas para os sócios e accionistas e também os diversos usuários da contabilidade. São destinadas também a atender as exigências dos usuários que não possuam condições de pleitear relatórios adaptados para suprir às suas necessidades de informação, conforme disposto pelo Conselho Regional de

Contabilidade (CRC/BA).

Conforme o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) o objectivo das demonstrações de natureza contábil é fornecer informações relativas a situação do patrimônio e situação financeira da organização, o resultado e o fluxo financeiro da organização, que são considerados realmente de utilidade para uma ampla diversidade de usuários no processo decisório da organização. As demonstrações contábeis evidenciam os resultados da gestão e dos recursos que lhe são confiados.

2.3.2.1. Balanço patrimonial

Compreende-se o balanço patrimonial (BP) como situação estática da empresa em uma determinada data, como sendo uma fotografia representativa dos negócios da organização.

BP - Nele evidencia-se resumidamente todo o patrimônio da empresa, quantitativa e qualitativamente (Ribeiro, 2012, p.342).

É uma demonstração contábil que tem por objectivo evidenciar a situação financeira e do patrimônio de uma organização em uma data determinada. Demonstrando assim, uma posição estática da mesma. O balanço retrata os Ativos (bens e direitos) e Passivos (obrigações e exigíveis) e Patrimônio Líquido que se caracteriza pela diferença entre o total de ativos e passivos do balanço (CRC/BA).

2.3.2.2. Demonstração do resultado do exercício – DRE

Nas Demonstrações do Resultado do exercício (DRE) ficam claros os lucros e prejuízos da entidades, não representando assim como o BP, apenas uma posição estática da empresa, demonstrando de maneira mais evidente os resultados alcançados pela mesma.

Na DRE tem-se o resultado que a empresa obteve (Lucro ou Prejuízo) no desenvolvimento de suas actividades durante determinado período, geralmente igual há um ano (Ribeiro, 2012, p.347).

Tendo por objectivo demonstrar a construção de resultado líquido do exercício, face o confronto das receitas, custos e despesas apuradas conforme os critérios de competência. A DRE oferece um resumo económico-financeiro dos resultados operacionais de uma entidade em um determinado período. Apesar do facto de serem elaboradas anualmente para fins de

divulgação, normalmente são efectuadas mensalmente pela gestão e trimestralmente para fins fiscais (CRC/BA).

Conforme Sá (2005, p.191) exercício é considerado «período em que se verificam factos contábeis, geralmente vindo a coincidir com o ano astronômico; tempo em que se inicia desenvolve e conclui a acção da administração patrimonial [...]».

A DRE tem como objectivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. A NBC T – 3 no seu item 3.3.1.1 classifica a DRE como «demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade».

Ao demonstrar como foi formado o lucro ou prejuízo através do DRE é possível identificar as variações do patrimônio líquido demonstrado no BP. Esta demonstração deve ser elaborada de forma adequada, de maneira a seguir o regime de competência.

2.3.2.3. Demonstrações de mutações do patrimônio líquido – DMPL

A Demonstrações de mutações do patrimônio líquido (DMPL) é um relatório contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõe o Patrimônio Líquido em determinado período. (Ribeiro, 2012, p.362).

É uma demonstração mais completa e abrangente, já que evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e utilização de reservas não derivadas do lucro. Fornece a movimentação ocorrida durante os exercícios nas contas componentes, e faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra além de indicar a origem de cada acréscimo no Patrimônio Líquido. A DMPL é uma demonstração contábil mais abrangente que a DLPA, sendo assim, torna-se desnecessário a elaboração da DLPA (CRC/BA).

2.3.2.4. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) evidência a variação do grupo disponível da sociedade entre dois exercícios consecutivos. O grupo disponível compreende a soma dos saldos das contas Caixa, Bancos e Aplicações financeiras de liquidez imediata. (Viceconti &

Neves, 2013, p.272).

A DFC é um controlo financeiro que auxilia o gestor ou empresário a tomar decisões sobre a situação do caixa da empresa. Este relatório gerencial informa a origem de todo o dinheiro que saiu do Caixa em um determinado tempo. O objectivo primário das DFCs é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

As informações da DFC, principalmente quando analisadas em conjunto com as demais demonstrações financeiras, podem permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; a capacidade de a empresa honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; a performance operacional de diferentes empresas, por eliminar os efeitos de distintos tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos; o grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa, e os efeitos, sobre a posição financeira.

2.3.2.5. Demonstração do resultado abrangente – DRA

Conforme site do Portal de contabilidade, O FASB estabeleceu, em junho de 1997, os padrões de relatório e divulgação dos resultados abrangentes e seus componentes como um dos itens que integram o conjunto de demonstrações financeiras. O conceito de resultados abrangentes (comprehensive income) foi introduzido pela publicação do FASB Concepts nº 3 – Elements of Financial Statements of Business Enterprises. No entanto este conceito passou a ser discutido no Brasil somente em setembro de 2009, quando o CPC aprovou o Pronunciamento Técnico nº 26, que regulamenta dentre outras demonstrações, a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Conforme a Resolução CFC nº 1.185/2009, item 7, o resultado abrangente é a variação que acontece no patrimônio líquido da entidade em um período, em consequência de transações e outros factos que não provenientes de transações com os sócios na figura de proprietário. O resultado abrangente corresponde a todos os elementos da “demonstração do resultado” e da “demonstração dos outros resultados abrangentes”. Em consonância com a resolução, especificamente no item 8, apesar da mesma utilizar os termos “outros resultados abrangentes”, “resultado” e “resultado abrangente”, a organização pode utilizar outros termos para apresentar os totais desde que a clareza em seu sentido prevaleça. Como exemplo, a organização pode utilizar o termo “lucro líquido” para apresentar a palavra “resultado”. Recomenda-se, por

facilitar a comunicação, a maior utilização dos termos apresentados na norma.

Embora a DRA não esteja prevista na Lei nº 6.404/1976, tem sua obrigatoriedade vinculada a Resolução CFC nº 1.185/2009 e ao CPC nº 26.

A DRA tem um caráter importante e indispensável para os usuários da contabilidade, pois representa um indicador do desempenho das atividades da empresa, bem como a de seus administradores, demonstrando assim, operações independentes das ações dos sócios e mesmo tendo um caráter gerencial, respeita o princípio da competência, actualiza o capital próprio, por meio da actualização do patrimônio líquido em virtude das receitas e despesas incorridas que são de realização financeira incerta.

2.3.2.6. Notas explicativas às demonstrações financeiras

A publicação de Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras está prevista no § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/1976 (Lei das S/A), adiante transcrito: "as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".

As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de factos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

2.3.3. A relevância da interpretação das demonstrações contábeis

A considerar o factor informação como indispensável no processo de gestão faz-se necessário também saber interpreta-los de forma que se consiga obter êxito na gestão da empresa, sejam estas informações de exigência legal ou não para a entidade.

Conforme Revista FAE (2000), As demonstrações contábeis de exigência legal apresentam-se de difícil compreensão aos gestores. Fica evidente a figura (com relevância nas PEs) de que a contabilidade está voltada para o cumprimento das exigências fiscais. Em consequência dessa evidência, as demonstrações que visam atender a gestão da organização, fica assim, em um segundo plano.

Cabe aos contadores e aos gestores, em primeiro lugar, o desafio de reverter essa situação, pois

a contabilidade, vista como sistema dentro do ambiente organizacional, pode contribuir sobremaneira com o corpo gerencial das organizações.

Uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento. (Silva, Godoy, Cunha & Coelho Neto, 2002, p.23).

Conforme Iudícibus (2015, p.71) «uma das finalidades da Contabilidade é a avaliação de desempenho de períodos passados; outra, muito importante, é fornecer informações hábeis para tomada de decisões gerenciais».

Segundo Iudícibus e Marion (2000), «a contabilidade auxilia o administrador a tomar decisões, pois coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os na forma de relatórios».

Gonzáles e Nagai (2013) afirmam que «a Contabilidade está a passar por mudanças significativas, e dentre essas mudanças está à criação de uma norma relativa à contabilidade de pequenas e médias empresas, alinhada com as normas internacionais de contabilidade para empresas desse porte».

As MPEs são muito relevantes para a sociedade, pois movimentam o mercado além de empregar significativamente parte da mão-de-obra própria, de terceiros ou do próprio empreendedor. Estas empresas, para os próximos anos, têm muitos desafios, isto pode ser demonstrado pelo número de empresas que encerram as suas actividades anualmente no Brasil, por vários motivos, desde a falta de uma gestão gerencial adequada, falta ou dificuldade de obter crédito das instituições financeiras, problemas de ordem fiscal ou tributária, à falta de preparo dos gestores (Santos & Veiga, 2012).

Strocher e Freitas (2008) chegaram a conclusão que para as EPPs, o profissional de contabilidade atende apenas as exigências legais.

Segundo Silva, Miranda, Freire e Anjos (2010), a contabilidade não é utilizada por grande parte dos gestores de PEs para analisar seu desempenho, acompanhar suas metas e verificar eventuais impactos financeiros na organização.

Longenecker et al., (1997) comenta sobre a importância das PEs no cenário empresarial, pois as pequenas organizações industriais colaboram inquestionavelmente para o bem-estar econômico da nação, já que determinam uma parte substancial do total de bens e serviços, a contribuir assim de forma geral similar às grandes empresas.

Segundo Silva, Miranda, Freire e Anjos (2010), a contabilidade não é usada pela maioria dos

gestores de PEs para medir desempenho, acompanhar metas e avaliar impactos financeiros em suas empresas.

Conforme Pereira (2005), os profissionais da contabilidade tem estrutura voltada para atender as exigências fiscais e trabalhistas, a tornar-se difícil o entendimento dos usuários relativo ao diferencial qualitativo de informações, não demonstrando os reais objetivos da contabilidade.

Contudo é preciso não só obter essas informações, consideradas como essenciais para gestão, é imprescindível, no entanto saber interpreta-las.

2.3.4. As informações contábeis e os processos de tomada de decisões nas organizações

As MPEs são relevantes do ponto de vista econômico, mas têm um índice de mortalidade altíssimo, factor este que pode ser atribuído a uma possível deficiência em seu sistema de gestão a considerar que, a gestão de qualquer organização, inclusive ME e EPP, se constitui em um contínuo processo de tomada de decisões, sendo a informação a matéria-prima da decisão.

Nesse contexto, as organizações precisam gerenciar suas oportunidades e riscos de negócio, a empregar os recursos de maneira a potencializar a produção de bens e serviços de maneira a satisfazer os seus clientes, sendo de fundamental importância possuir um bom sistema de gestão, tendo a contabilidade a função de fornecer informações econômicas e financeiras para auxiliar no processo de decisão.

Observa-se que as empresas de maior porte usam a contabilidade de forma regular no processo de gestão, enquanto as MPEs, conforme aponta o SEBRAE (2007), apresentam deficiências em sua estrutura, assim como: uma ausência de planejamento, de controle, entre outros factores que contribuem para que a contabilidade cumpra um papel meramente fiscal.

Pesquisa divulgada pelo SEBRAE (2007), no ano de 2005, mostrou que 41% dos proprietários não possuem experiência anterior, nem experiência no ramo do negócio. A mesma pesquisa apontou que os proprietários abriram empresas por encontrarem-se desempregados, esta personificação de gestor dificulta a sobrevivência das empresas, onde se pode acarretar índices da taxa de mortalidade elevados nos primeiros anos de vida das organizações.

Segundo o autor Marion (2007), os proprietários das PEs atribuem as causas de falências a elevada carga tributária, encargos sociais e a ausência de recursos. Tendo em consideração, que estes factores contribuem de forma prematura para morte das mesmas. Sendo assim, a principal

causa da falência das empresas a deficiência em seu sistema de gestão, proveniente de informações contábeis voltadas unicamente ao sector fiscal da empresa.

A contabilidade consegue fornecer informações particulares para usuários internos e externos a entidade, contudo nem sempre será possível suprir todas as informações possíveis, face a algumas restrições de usuários dessas informações ou do factor custo (Iudícibus, 2004). Conforme disposto por Iudícibus (2004, p. 35), em algumas das PEs, pode faltar um profissional de economia, em engenheiro, entre outros, contudo não poderá faltar um profissional de contabilidade para conduzir o processo de escrituração. Sendo, o contador fundamental nas organizações, contudo seu trabalho não se limita a apenas escrituração dos factos contábeis, a actuar assim, no processo e tomada de decisão da organização, elaborando demonstrativos contábeis e financeiros.

De acordo com Marion (2007, p. 39), o relatório contábil é uma explanação resumida e organizada de dados recolhidos, com finalidade de informar aos usuários da contabilidade os principais eventos registrados em determinado período. Entre os relatórios estabelecidos pela Contabilidade está BP, onde conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008), «representa a situação financeira e patrimonial da empresa em determinado período, com uma representação estática».

A DRE, conforme Silva e Tristão (2000), retrata as operações efectuadas no período pela organização de uma maneira resumida, a gerar informações relativas ao lucro ou prejuízo do exercício.

A DFC, para as Sociedades Anônimas e as empresas de grande porte com a Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2017, que veio em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

A contabilidade poderá elaborar demonstrações financeiras, com características particulares, para suprir as necessidades dos gestores no exercício de suas funções.

Sabe-se que para uma melhor gestão se faz necessário dispor de conhecimento, pois o que não é medido não é gerenciado (Kaplan & Norton, 1997, p. 21). Desta feita, entende-se que um bom desempenho de uma empresa poderá ser alcançado com o auxílio de informações que espelham com veracidade a situação da mesma e que é base para tomada de decisões.

Administradores necessitam de informações categóricas, relevantes e oportunas, se assim desejarem tomar boas decisões, neste cenário, surge a contabilidade como peça chave no fornecimento de tais informações (Longenecker et al., 1997; Bratu, 2007).

Pode-se considerar que a obtenção da informação é ainda mais relevante quando se trata de MPEs, observada a realidade contrária à subsistência e ao crescimento destas, uma vez que, grande parte não perdura por mais de cinco anos computados desde o início de suas operações (Santos, Vasconcelos, Colares & Moreira, 2014).

A função contábil pode ser encarada como um instrumento da Administração Financeira para as PEs. Sobre isso Resnik (1991, p.136) coloca como uma das principais causas dos desastres com PEs é não manter os registros e controlo contábeis apropriados, precisos e actualizados – e não utilizá-los para administrar a empresa. A falta de um sistema eficaz de Contabilidade não é apenas um problema contábil – é um problema administrativo. Sem registros e controlo financeiros adequados, você não consegue compreender a empresa.

Com base nos contributos de Resnik (1991), pode-se então dizer que a Contabilidade desenvolve e fornece dados para o sector financeiro da empresa, uma vez que, fazendo uso de princípios legais e padronizados, prepara, principalmente, as demonstrações financeiras sobre a apuração do resultado (positivo ou negativo, ou seja, lucro ou prejuízo) e elabora o BP.

Toda empresa, independentemente de seu porte, encontra-se inserida num ambiente social, empresarial e econômico (Oliveira, 1997, p.25), aos quais deve estar completamente adaptada para que possa cumprir efetivamente seu papel, seja na satisfação das necessidades de seus clientes seja na geração de recursos que remunerem o capital investido pelo proprietário.

Assim, para cumprir seu papel, é necessário que a empresa busque, através de seus administradores, o seu sucesso, a tomar por base seus planos e objectivos e fazer uma administração eficiente de seus recursos, assim como fazer uso das ferramentas essenciais para a administração, das quais se destaca, na actualidade, a informação (Kaplan & Noton, 1996, p.3).

Para Kassai (1997), pelas diversas características divergentes das grandes empresas, as PEs passam a enfrentar problemas de no processo de gestão. Conforme a autora, encontra-se como factor principal de dificuldades dessas organizações, a difícil análise e interpretação dos factores contábeis e financeiros do negócio.

Pesquisas brasileiras apontam distorções relevantes de informação de natureza contábil na grande maioria das PEs, face ao factor das exigências fiscais. Observa-se assim, que a informação está voltada para o cumprimento dessas exigências, ficando assim, em um segundo plano, o direccionamento dessas informações para gestão do negócio (Oliveira, Müller e Nakamura, 2000; Souza, 2001; Ramos, Paula e Teixeira, 2000; Pires, Costa e Hahn, 2004; Silva, 2002; Pitela, 2000; Carvalho e Nakagawa, 2004; Cerqueira, Oliveira e Azevedo, 2004; Costa & Yoshitake, 2004).

Lenzi e Kiesel (2009) relacionam quatorze motivos que comumente conduzem as empresas ao fracasso, dentre os quais, podem ser evidenciados alguns que facilmente seriam evitados caso a organização dispusesse de conhecimento acerca da contabilidade. Alguns dos motivos são: inexistência de planejamento e memória de cálculo desapropriada; análise de custo e financeira inadequada; investimentos em ampliação dos negócios além dos recursos.

Destaca-se também, a importância da análise a partir de índices financeiros, basta mencionar a quem tal análise interessa: fornecedores, clientes, intermediários financeiros, accionistas ou sócios, concorrentes, governos e seus próprios administradores. (Assaf Neto, 1998, p.51).

Contudo, as decisões tomadas no contexto dos negócios são orientadas por aspectos de liquidez e rentabilidade, os quais são apurados a partir de critérios contábeis.

Tendo em vista que ME e EPP quase nunca têm um departamento de contabilidade e a considerar que o processo de gestão usará, obrigatoriamente, informações de natureza contábil, cabe verificar qual a fonte na qual os gestores de ME e EPP buscam as informações.

3. METODOLOGIA

3.1. Metodologia de recolha de dados primários

A investigação seguiu dois métodos para a recolha de dados:

√ Inquérito por questionário: como objectivo principal de averiguar quais as fontes de informações de natureza contábil utilizada pelos gestores de MPEs para tomadas de decisões, ou se os mesmos não utilizam as informações no processo de tomada de decisões. Tal necessidade tem a ver com a relevância que o fator informação tem no processo de gestão das empresas, conforme discutido no tópico 2.2.4 do Enquadramento Teórico.

√ Os inquéritos foram seleccionados a partir grupos de questões, sendo a primeira ligada à identificação dos inquiridos (gênero, idade, escolaridade, relação com a empresa, região) e o segundo grupo estará ligado ao próprio objecto de inquérito (factos ou opinião associada ao tema da investigação).

Relativo ao método utilizado durante a pesquisa para fundamentação do enquadramento teórico deste estudo, foram usados como fontes de pesquisa, sites de apoio as MPEs, lei relacionadas, trabalhos académicos, obras escritas por autores nacionais e internacionais, artigos relativos às temáticas estudadas, entre outras fontes.

3.2. Descrição dos métodos utilizados

Para alcançar os objectivos propostos nesta investigação, foi respeitada as seguintes vias:

√ Quanto aos procedimentos e ao enquadramento teórico, foi aplicada a metodologia ajustada numa pesquisa bibliográfica e documental.

√ A pesquisa bibliográfica explica um problema, fundamentada nas informações retiradas de livros, revistas impressas, e virtuais, material audiovisual, entrevistas e documentos, de diferentes autores que pronunciam sobre o tema seleccionado para o estudo.

√ Em relação ao método de investigação trata-se de aplicação de um questionário, considerando essa a melhor forma de avaliação e tratamento dos dados recebidos.

√ Quanto à abordagem do problema – a pesquisa foi de natureza qualitativa / quantitativa.

Em essência, este trabalho não objetivou quantificar as fontes de informações usadas pelos gestores de MPEs, mas simplesmente identificá-las, o que permite a sua classificação como qualitativa.

A classificação como quantitativa está amparada no entendimento que diz que quantitativa é a pesquisa cujos resultados são apresentados com o emprego de algum recurso estatístico. Tendo em vista que esta pesquisa usou estatística descritiva para explanação dos resultados, ela também foi classificada como quantitativa.

Em relação aos dados, foram utilizados dados primários recolhidos pelo investigador para a resolução do problema e dados secundários nomeadamente os documentos relacionados a Lei Geral das MPEs, como também dados extraídos do SEBRAE no estado da Paraíba.

Para a recolha dos dados foi escolhida a técnica do questionário.

O questionário é uma técnica de investigação caracterizada por um elevada ou pequena quantidade de questões apresentadas por escrito que tem por objectivo propiciar determinado conhecimento ao pesquisador.

Considerando que é comum que o questionário tenha uma pequena introdução para que o inquirido conheça um pouco o investigador e que tenha presente qual o tema a investigação está a estudar e os objectivos da investigação, de forma a sentir-se útil no contributo da investigação. Contudo serão criadas questões de raiz, tendo em consideração os objectivos pretendidos pelo investigador.

Para recolha dos dados foram utilizados os inquiridos por questionário direccionados aos gestores e/ou proprietários das MPEs, principalmente na cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba, tendo em vista o tratamento da informação ser observada de maneira homogenia em todo o Estado da Paraíba.

O processo de escolha dos inquiridos para responder ao questionário dar-se ao facto de o factor gestão como crucial para sobrevivência das MPEs, considerando os proprietários e gestores dessas organizações detentores do conhecimento necessário para emitir respostas válidas às questões formuladas.

A escolha do questionário para elaboração do presente estudo, deve-se ao facto deste método alcançar um maior público-alvo, anónimo, permitir a comparabilidade das respostas entre os inquiridos, entre outras.

Pelos factos explanados, é uma conceituada metodologia, eficiente e impessoal, apresentando-se com validade e boa credibilidade.

Entretanto, o questionário pode apresentar alguma dúvida do inquirido quanto das respostas, tendo em vista a não presença do investigador, em alguns casos, para elucidação das questões formuladas.

3.4. Estrutura do inquérito

O inquérito é formulado por um grupo de questões primordiais ao alcance do objectivo proposto nesta pesquisa.

As perguntas estão elencadas da seguinte maneira:

A primeira parte do questionário apresenta oito questões de carácter obrigatório com a marcação na alternativa desejada.

As perguntas foram elaboradas com o objectivo de identificar alguns aspectos pessoais do inquirido, tais como: Género, idade, escolaridade, entre outros aspectos.

A Segunda parte do questionário foi efectuada a tomar por base questões de carácter qualitativo apresentadas numa escala de Likert, em que 1 – Discordo totalmente, 2- Discordo Parcialmente, 3 – Nem concordo/Nem discordo, 4- Concordo Parcialmente e 5 – Concordo totalmente.

Na totalidade o questionário é composto por 26 questões de resposta obrigatória. Sendo 08 questões de múltipla escolha e 18 questões a utilizar a escala Likert.

3.5. Procedimento de recolha da informação

O inquérito por questionário foi realizado de modo presencial e por meio electrónico com proprietário ou gestores das MPEs, solicitado ajuda aos contadores para identificação destas empresas a aplicação do questionário, assim como amigos e familiares que enquadram-se na amostra de proprietários/gestores dessas empresas, sendo disponibilizado também através do aplicativo WhatsApp com o número do telemóvel do inquirido ou através de correio electrónico, ambos com a mesma validade só podendo ser respondidos com a rede de internet.

A recolha dos dados teve início no dia 11 de Março de 2019 e término no dia 31 de Maio de 2019. Procedeu-se assim à recolha de informação através de aplicação directa do questionário.

A limitação de tempo levou a delimitar a fase de recolha de dados, tendo sido o período de resposta limitado a cerca de 90 dias.

Assim, as respostas aos questionários foram obtidas durante os meses de Março, Abril e Maio de 2019, tendo sido obtidas 112 respostas.

3.5.1. Definição da população e descrição da amostra

Para o efeito, a amostra foi considerada como não probabilística, sendo o número de respostas por acessibilidade, no período definido de 90 dias.

Em observação que uma grande parte das empresas não possui contabilidade formal, configurada na figura do MEI, onde verifica-se seu crescimento a cada dia relativamente a participação no mercado Brasileiro, contudo o MEI, não entrou como empresas inquiridas, limitando-se assim a quantidade de respostas obtidas.

A definição da amostra limitou-se a MPEs bem definidas e enquadradas nessa descrição, sendo esta pergunta e análise realizada antes da disponibilização do questionário.

3.5.2. Caracterização da amostra

O universo relativo à presente investigação é caracterizada por todas as entidades enquadradas como MPEs localizadas no estado da Paraíba, especificamente voltada à cidade de João Pessoa, por se tratar da Capital do estado.

Apesar do elevado número de MPEs no Brasil, sabe-se, com base em pesquisas do SEBRAE, que os problemas que elas enfrentam, independente da região onde estão localizadas, do tamanho, do segmento econômico no qual atuam etc., são os mesmos, de modo que o número de empresas investigadas não se constitui em factor crítico para o alcance do objectivo estabelecido para o trabalho. Daí a amostra ter sido formada por acessibilidade, alcançando o número de 112 questionários respondidos.

3.5.3. Oportunidades e desafios futuros

O estudo foi voltado para o tema: “Contabilidade de MPEs: investigação a respeito das fontes da informação contábil utilizada pelos gestores”.

Essa investigação teve como objectivo principal as fontes de informações obtidas pelos usuários dessas empresas, classificadas em tese em boa e ruim qualificação.

A respeito de oportunidades e desafios futuros sobre esta investigação trata-se de os interessados em melhorias da gestão e continuidade dessas empresas no mercado, analisar esta pesquisa com vistas a obter e/ou analisar os pontos fracos detectados nas empresas na aplicação desta pesquisa e tentar trabalhar esses pontos junto aos profissionais de contabilidades e os gestores/proprietários dessas empresas com o objectivo de unificar de melhor maneira o processo de gestão empresarial, com o objectivo de continuidade da mesma e o lucro empresarial.

3.6. Procedimentos para tratamento da informação

Considerando-se que, a veracidade e fiabilidade da informação faz-se maior quando verificada com recurso a técnicas de análises estatísticas, e o tratamento estatístico oportuniza maior precisão, assim como uma maior transparência e segurança na verificação dos resultados do estudo, a permitir conferir conclusões adequadamente apoiadas e organizadas, foram usadas como instrumento de análise dos dados, coletados no questionário, as ferramentas viabilizadas pelo Google docs na elaboração de questionários, onde são recebidos dados automaticamente e em seguida produzidas todas as amostragens e percentuais das respostas recebidas.

Face o exposto, cabe ressaltar que na presente investigação foi utilizado referencialmente o recurso a técnicas de estatística descritiva à proporção que, a apresentação e descrição da amostra foi realizada colocando-se em evidência características de interesse, com objectivo de garantir a probabilidade de se proceder à dedução estatística.

Os principais instrumentos de estatísticas descritivas utilizados no tratamento dos dados foram a criação de gráficos, a apresentar de maneira sintética os dados retratados nas respostas dos inquiridos.

As variáveis apresentam-se organizadas em sua maioria numa escala de Likert, de 1 a 5, tendo em conta que 1 representa a discordância total e sem importância e o 5 equivale ao concordo totalmente e a um grau de elevada importância

4. ANÁLISE E CONCLUSÃO DOS RESULTADOS

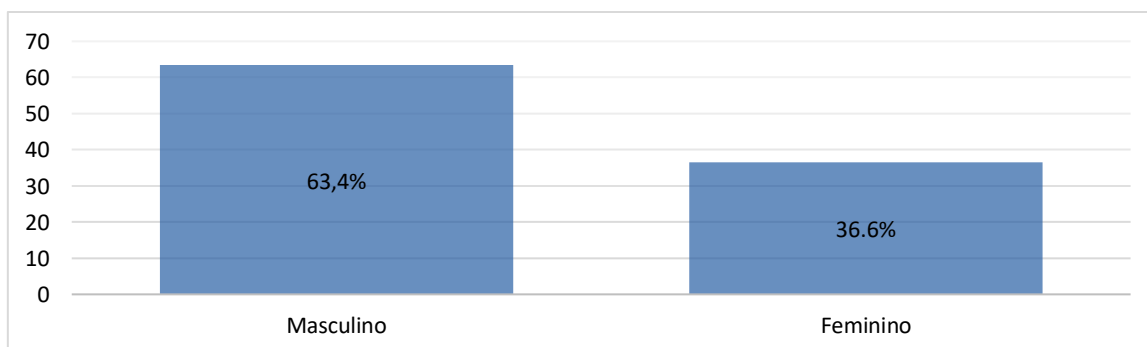
4.1. Caracterização dos inquiridos

Na presente investigação, a parametrização dos inquiridos foi efetuada tendo por base as primeiras oito questões apresentadas no questionário. Esta caracterização apresenta os seguintes critérios:

- Gênero: qualificado em “masculino” e feminino”;
- Idade;
- Escolaridade: qualificado em “Fundamental completo”, “Médio completo” e “Superior completo”;
- Caso possua nível superior pede-se indicar a área de formação. Sendo esta atribua as áreas: Ciências contábeis, Administração, Economia e Outras áreas.
- Relação actual com a empresa na qual actua profissionalmente.
- Natureza da actividade da empresa.
- Localização geográfica
- No que se refere aos serviços contábeis da organização: se estes são executados por funcionários da própria organização ou se estes são terceirizados.

Tendo como referencial os critérios supra citados, relativo ao gênero dos inquiridos, observa-se a distribuição conforme Gráfico 4.1.

Gráfico 4.1: Distribuição dos inquiridos por Gênero



No que diz respeito ao gênero, observou-se uma predominância do gênero masculino, o que evidencia pouca presença de mulheres actuando como gestoras de MPEs.

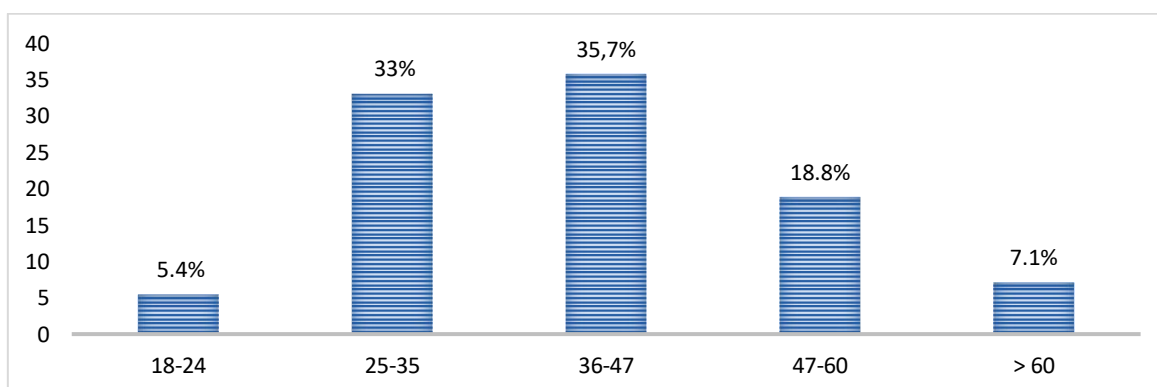
Relativo à parametrização dos inquiridos a analisar a variável da idade, os dados foram dispostos e devidamente compilados em classes ou também denominadas de faixas etárias.

Tabela 4.1: Distribuição dos inquiridos por faixa etária

Faixa Etária	Nº Inquiridos	%
[18-24]	6	5,4%
[25-35]	37	33%
[36-47]	40	35,7%
[47-60]	21	18,8%
[> 60]	8	7,1%
Total	112	100%

Relativamente ao público-alvo de resposta ao questionário, e ao verificar o gráfico 4.2, é possível perceber que os inquiridos se inserem em sua maioria, com uma participação de 35,7% do total de respostas na faixa etária dos 36 aos 47 anos de idade, de seguida com uma percentagem de 33%, os inquiridos com idades na faixa etária dos 25 aos 35 anos e dos 47 a 60 anos com representação de 18,8%. Com uma menor participação de 5%, estão os inquiridos na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade e acima de 60 anos de idade com participação de 7% do total de respostas.

Gráfico 4.2: Distribuição dos inquiridos por faixa etária (%)



No que concerne a escolaridade dos inquiridos, conforme o gráfico 4.3: 66,1% possuem nível superior completo, apresenta-se subdividida nas seguintes áreas de actuação, conforme gráfico 4.4: 42,2% com curso superior de ciências contábeis, 16,7% possuem formação na área de Administração, 41,1% com formação superior em outros cursos. Observa-se que 0% dos inquiridos possuem formação em economia. Considerando que 26,8% dos inquiridos possui nível médio completo e 7,1% com nível fundamental completo, conforme gráfico 4.3. Pode-se concluir assim uma maior participação de inquiridos com nível superior completo.

Gráfico 4.3: Distribuição dos inquiridos por escolaridade (%)

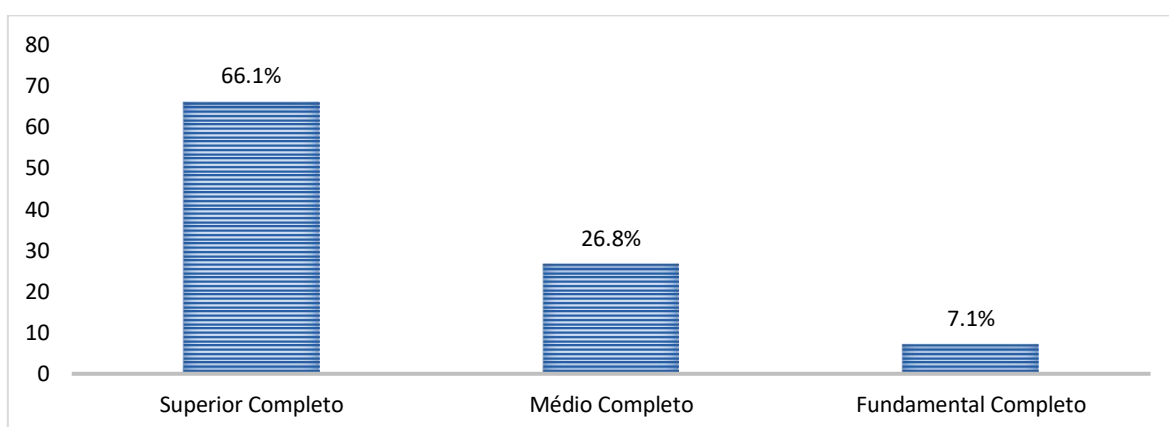
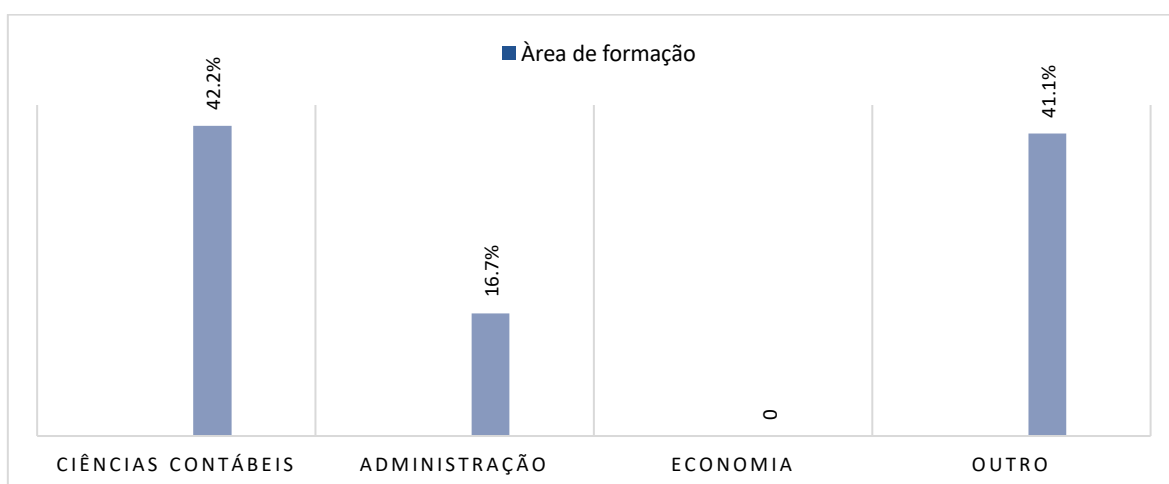
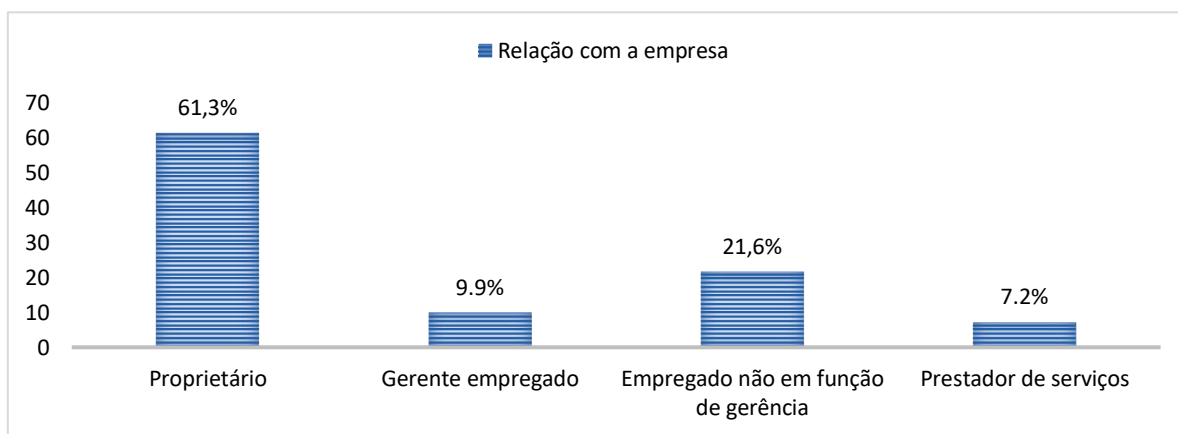


Gráfico 4.4: Distribuição dos inquiridos por área de formação (%)



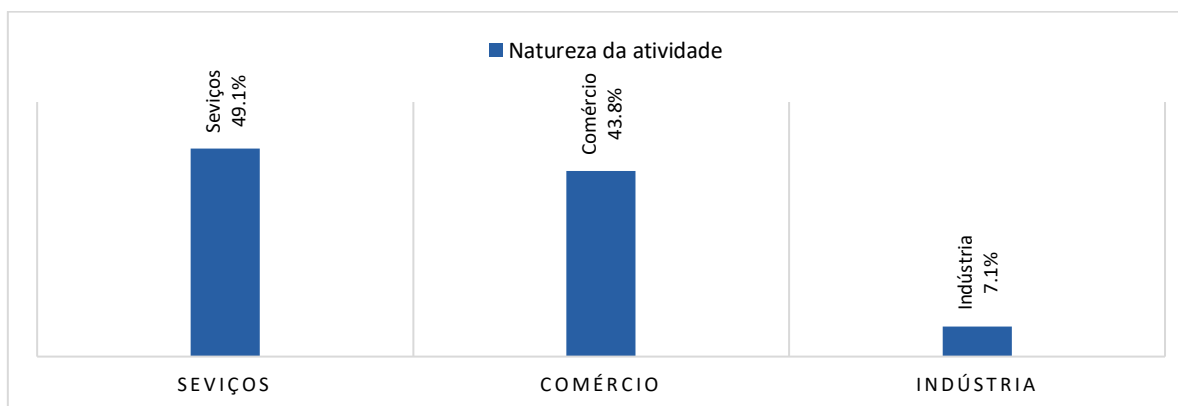
A tomar por referência os critérios abaixo referidos, é de ressaltar relativamente à função ou cargo desempenhado pelos inquiridos na entidade, como se pode constatar no gráfico 4.5, aproximadamente 61,3% exercem a função de proprietários, 9,9% de gerente empregado, 21,6% de empregado não em função de gerência e 7,2% de prestador de serviços. De demonstrar que 28,8% dos inquiridos, aproximadamente 26 desempenham uma função na entidade (empregado não em função de gerência e prestador de serviços) que não se enquadram no perfil de destinatários ao questionário, uma vez que são empregados que não têm conhecimento a respeito das técnicas, práticas e importância na gestão das MPes.

Gráfico 4.5: Distribuição dos inquiridos por Relação actual com a empresa na qual actua profissionalmente (%)



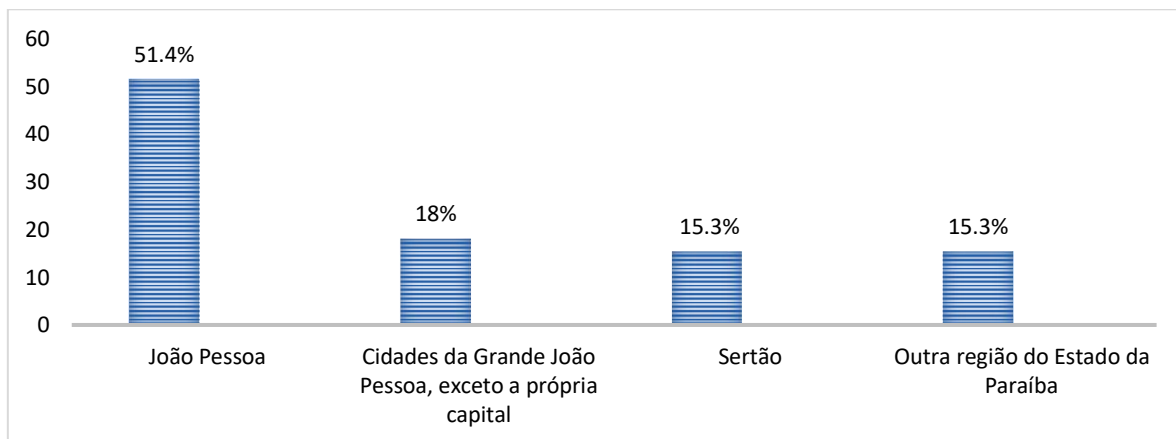
Quanto a natureza da actividade da empresa: 49,1% são empresas de serviços, 43,8 de comércio e 7,1% indústria, conforme gráfico 4.6 a seguir:

Gráfico 4.6: Distribuição dos inquiridos por Natureza da actividade da empresa (%)



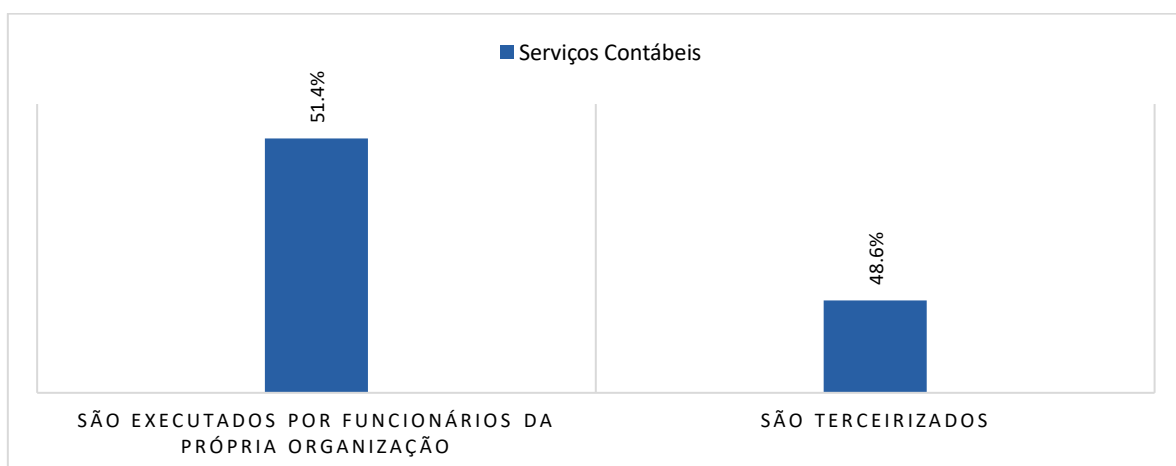
Relativamente à localização geográfica, tomando por base o estado da Paraíba no Brasil observou-se conforme o gráfico 4.7 que, 51,4% estão localização na cidade de João Pessoa, 18% nas cidades da grande João Pessoa, exceto a própria capital (cidades como Santa Rita, Bayeux e Cabedelo) com relevante número de habitantes, 15,3% no Sertão da Paraíba e 15,3% em outras regiões do estado da Paraíba. Considerando assim o maior percentual de resposta na própria capital do Estado de aplicação do questionário e sendo observado uma homogênea distribuição entre as outras localidades sendo este factor importante para elaboração da análise das respostas.

Gráfico 4.7: Distribuição dos inquiridos pela Localização geográfica (%)



No que se refere aos serviços contábeis da organização: 51,4% são executados por funcionários da própria organização e 48,6% são terceirizados, conforme gráfico 4.8 a seguir:

Gráfico 4.8: Distribuição dos inquiridos no que se refere aos serviços contábeis da organização (%)



4.2. Análise dos Resultados ao questionário

Objetiva-se com a análise dos resultados ao questionário verificar quais fontes de informação são utilizadas pelos gestores de MPEs no processo decisório da empresa.

Ao levar em consideração os resultados obtidos nas respostas às questões apresentadas no questionário, pretende-se assim verificar as afirmações anteriormente formuladas, confirmando-as ou não.

Face à objectiva da investigação, a análise dos resultados, apresentada a seguir, será subdividida pelas diferentes afirmações desenvolvidas para verificar a fonte da qual os gestores adquirem informações para uso no processo decisório, que se apresentam como as seguintes:

A1: Revistas e jornais especializados, assim como noticiários da mídia em geral são usados cotidianamente como ferramentas de auxílio no processo de tomada de decisão de gestão da organização;

A2: As experiências acumuladas durante os anos de trabalho como gestor se constituem no factor mais importante para tomar decisões na gestão da organização;

A3: Informações adquiridas na participação do gestor em actividades de formação (seminários, encontros, cursos de pós-graduação etc.) são que têm orientado as decisões de gestão;

A4: As informações fornecidas pela contabilidade se constituem na ferramenta exclusiva de suporte ao processo de gestão da organização;

A5: O processo de gestão da organização não utiliza sistema de informação gerencial;

A6: O preço de venda dos produtos/serviços comercializados pela organização são definidos exclusivamente com base nos preços dos concorrentes;

A7: Na organização, o gestor conhece de forma clara o resultado da operação, e isso serve de guia para as decisões tomadas;

A8: O gestor tem conhecimento do equilíbrio financeiro líquido (contas a pagar e contas a receber) fazendo somatório diário de créditos a receber e das obrigações a pagar;

A9: Itens como estoques, de uso ou de comércio, são controlados na organização especificamente pelo controlo físico feito pelo gestor;

A10: No que se refere aos recursos da organização, existe uma perfeita separação entre o que pertence aos proprietários e o que pertence ao negócio;

A11: A informação de natureza contábil se constitui em um artifício imprescindível para a gestão

da organização;

A12: A gestão recebe mensalmente demonstrações contábeis evidenciando os negócios da organização;

A13: As decisões dos negócios da organização são tomadas com base no conhecimento adquirido pelo gestor durante a sua formação escolar;

A14: A gestão da organização recebe da contabilidade informações exclusivamente de natureza tributária / fiscal;

A15: A informação oriunda da contabilidade diz respeito exclusivamente as guias para pagamento de tributos;

A16: As informações contábeis recebidas pelo gestor não têm qualquer utilidade na gestão do negócio;

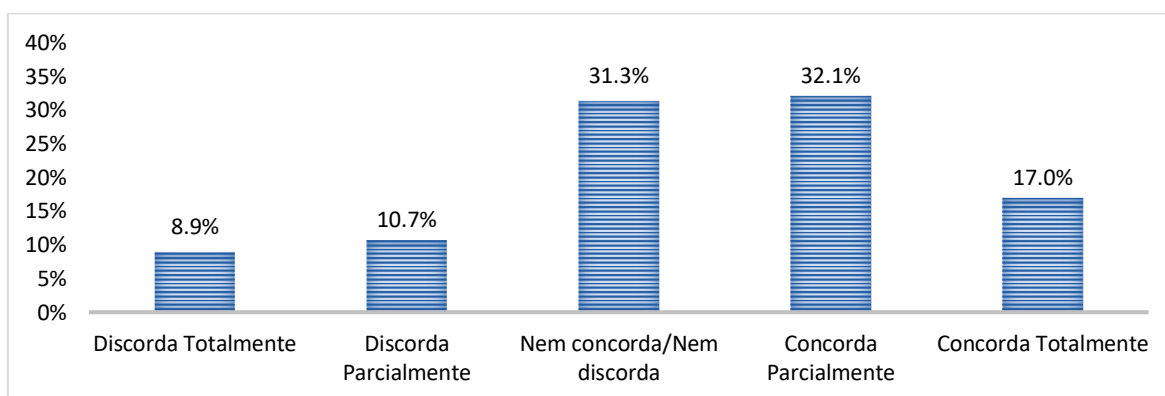
A17: As decisões da gestão são unicamente fundamentadas em softwares comerciais que controlam desde o preço de venda até o estoque do negócio;

A18: As decisões da gestão são firmadas exclusivamente com base na intuição do gestor.

As respostas foram organizadas em uma escala de resposta de 1 a 5, sendo que 1 representa discordância total com a afirmação, 3 representa a não concordância nem discordância e 5 representa concordância total.

A1: Revistas e jornais especializados, assim como noticiários da mídia em geral são usados cotidianamente como ferramentas de auxílio no processo de tomada de decisão de gestão da organização.

Gráfico 4.9: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 1



Está afirmativa actua de forma positiva para a gestão da organização, tendo em vista que, os gestores matem-se actualizados, sendo as informações utilizadas como auxílio no processo de tomada de decisão, garantido assim, uma maior fiabilidade da informação.

Nota-se que grande parte dos gestores faz uso das fontes comentadas, sendo de destacar que o uso dessas fontes como suporte ao processo decisório requer que o decisor consiga inserir o negócio no contexto da informação, de modo que possa depreender qual o impacto dela no negócio. Em outros termos, o uso da fonte exige o discernimento suficiente para fazer inferência em relação ao negócio, a partir das informações acessadas.

A2: As experiências acumuladas durante os anos de trabalho como gestor se constituem no factor mais importante para tomar decisões na gestão da organização.

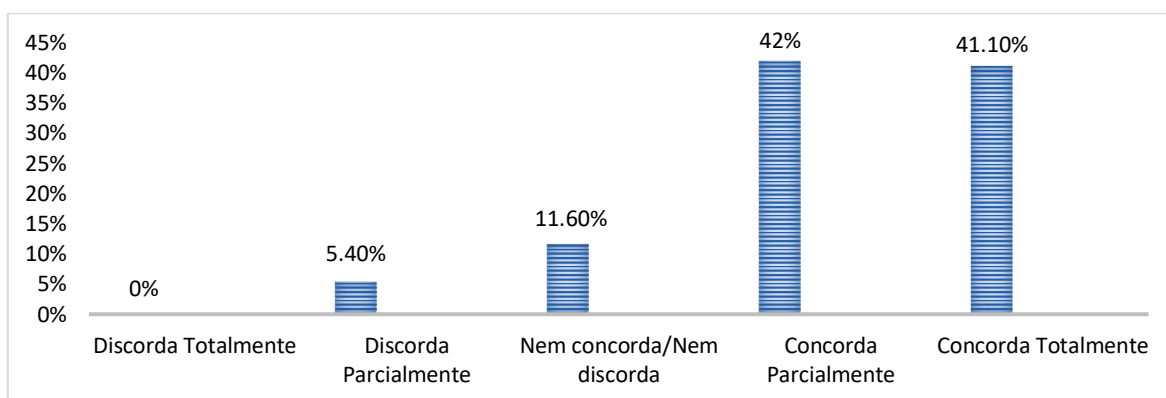
Esta afirmativa considera a variável experiência como factor mais importante para a tomada de decisão, tendo em vista que, a maioria 83,1% dos inquiridos concordaram com a mesma.

Tal visão pode se constituir em um risco, haja vista que ao confiar demasiadamente na experiência, o gestor pode relevar a necessidade de aprimoramento e de compreender coisas novas, o que pode ser prejudicial ao negócio.

Grande parte dos gestores toma suas decisões muitas vezes baseados em sua experiência como

gestor, facto que em alguns casos, esse comportamento, poderá comprometer o processo decisório, tendo em vista que algumas situações nas organizações podem ser semelhantes e induzir a um possível erro de gestão.

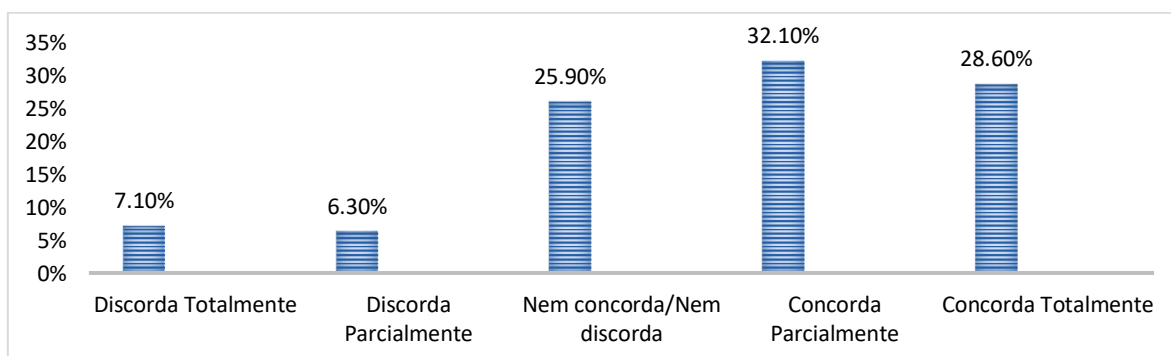
Gráfico 4.10: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 2



A3: Informações adquiridas na participação do gestor em actividades de formação (seminários, encontros, cursos de pós-graduação etc.) são que têm orientado as decisões de gestão.

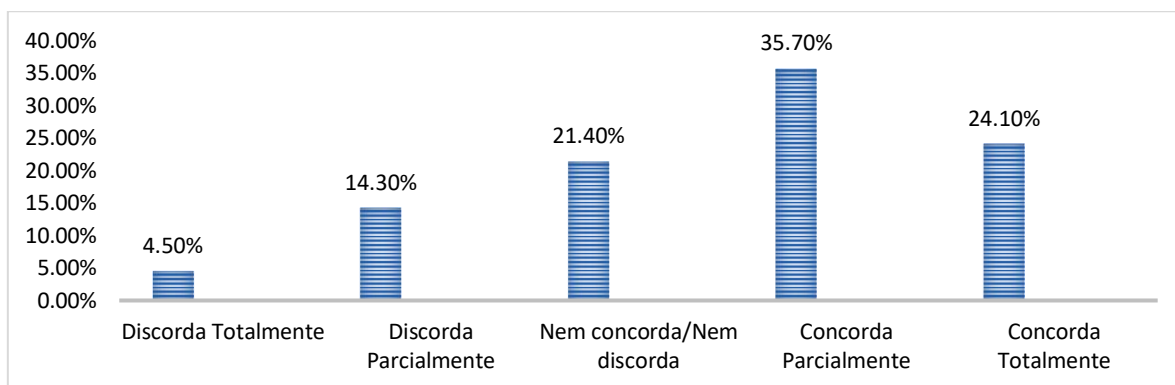
A concordância com esta afirmativa é de extrema relevância para a gestão da organização. Tendo em vista que, a maioria dos inquiridos aproximadamente 60,7% concordam com esta afirmativa, conforme gráfico 4.11. Conclui-se que os gestores têm procurado actualização contínua e sua gestão sendo orientada através de cursos, seminários etc., a permitir com isso uma maior confiança na informação utilizada para tomada de decisão na organização.

Gráfico 4.11: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 3



A4: As informações fornecidas pela contabilidade se constituem na ferramenta exclusiva de suporte ao processo de gestão da organização.

Gráfico 4.12: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 4



Contabilidade é a ciência que registra e classifica todas as transações e eventos de caráter financeiro de uma empresa. É também a arte de fazer relatórios significativos, análises e interpretações dessas transações e eventos, e com muito critério, comunicar os resultados aos gestores e empresários responsáveis pelas tomadas de decisões mais importantes da organização.

Ao entendermos a definição de contabilidade conforme acima, fica muito claro que a contabilidade não se limita às atividades inter-relacionadas e envolvidas apenas em escriturar e registrar as transações e a preparação das demonstrações financeiras ou apuração de impostos de uma empresa. A contabilidade pode e deve ser utilizada como uma das principais ferramentas de gestão do negócio, dada à importância dos dados por ela levantados, analisados e armazenados.

Por ser alimentada diariamente pelas transações da empresa, a contabilidade é considerada indispensável para gestão empresarial.

As informações contábeis quando utilizadas como ferramenta de gestão podem trazer grandes resultados para a empresa, pois elas são responsáveis por fornecer dados fundamentais sobre a saúde financeira do negócio. Sendo assim, quando o empresário decide utilizar a Gestão Contábil como processo integrante às rotinas empresariais, ele coloca sobre o contador a função de apoiá-lo nas tomadas de decisões embasadas em todo o desempenho económico-financeiro da empresa, além de auxiliar no controlo das actividades e no uso eficiente de recursos.

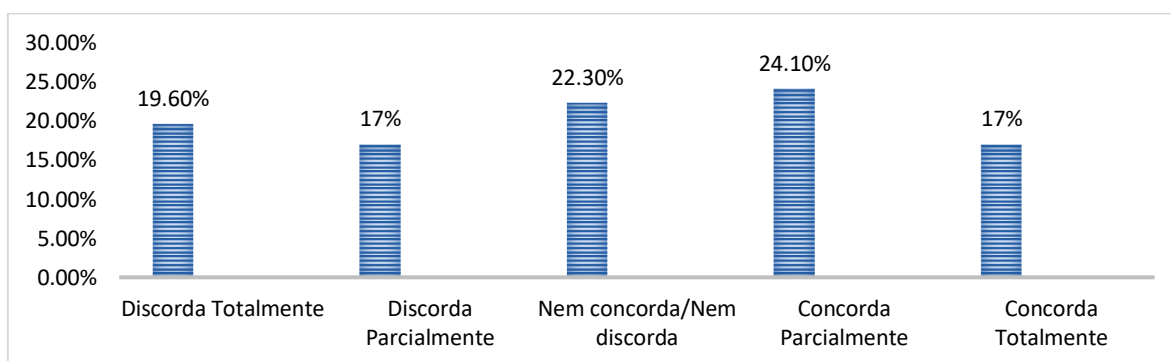
A concordância com esta afirmativa deve levar a discordância da afirmativa 15 onde a

informação oriunda da contabilidade diz respeito exclusivamente as guias para pagamento de tributos e conseqüentemente também a discordância da A14 relativa a informação exclusiva de natureza tributária / fiscal, facto não observado na análise do resultado da participação dos inquiridos onde a maioria cerca de 55,8% concordaram com a hipótese 14, seguida de uma participação de não concordância de 24,4% da participação dos inquiridos.

A concordância da afirmativa 15 corresponde a 41,1% de participação dos inquiridos, enquanto a discordância foi de menor participação de 36,6% e 22,3% dos inquiridos permaneceram neutros com a afirmativa.

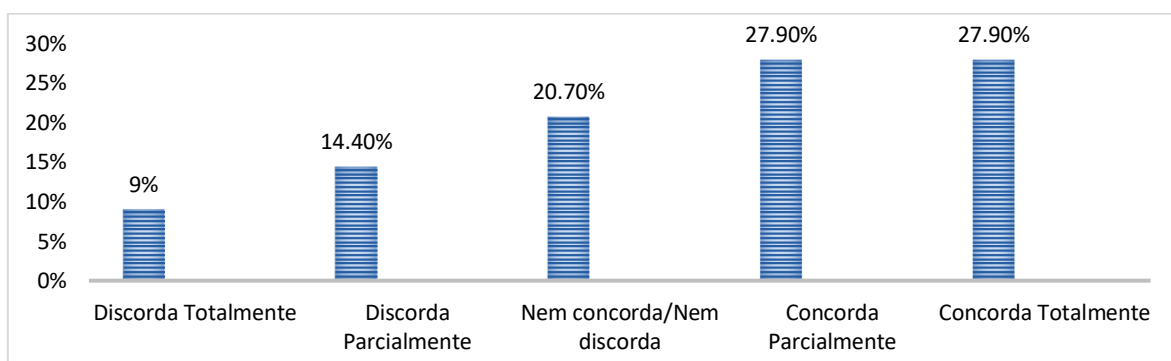
A15: A informação oriunda da contabilidade diz respeito exclusivamente as guias para pagamento de tributos.

Gráfico 4.13: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 15



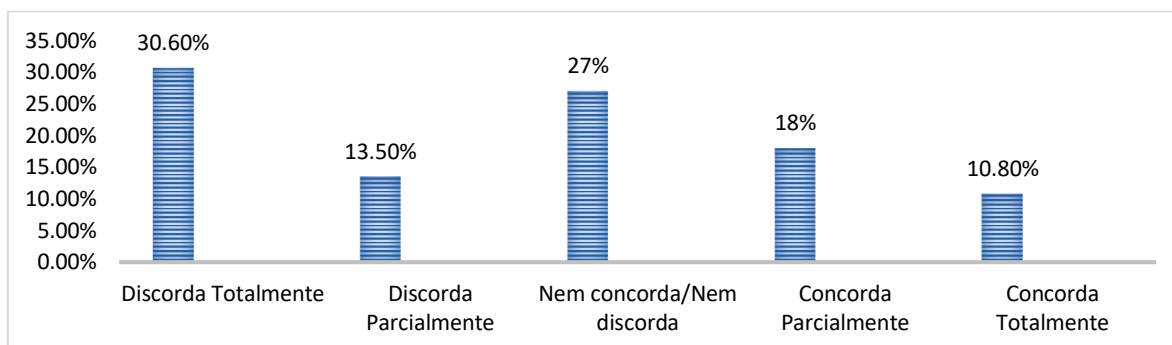
A14: A gestão da organização recebe da contabilidade informações exclusivamente de natureza tributária / fiscal.

Gráfico 4.14: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 14



A5: O processo de gestão da organização não utiliza sistema de informação gerencial.

Gráfico 4.15: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 5



Observa-se que muitos administradores gerenciam suas empresas de forma simples, sem planeamento, vindo a acarretar decisões equivocadas, logo geram prejuízos para a empresa e levam ao caos administrativo, devendo assim, o gestor buscar um auxílio no Sistema de Informações Gerenciais. Oliveira (2008) define os sistemas de informações gerenciais como processos utilizados para transformar dados em informações que auxiliem no processo decisório da empresa.

Segundo Oliveira (2008), os sistemas de informações gerenciais tornam-se indispensáveis, pois na grande maioria das empresas que utilizam sistemas informatizados, há muitos dados que estão à disposição, mas esses dados por si não podem ser utilizados no processo de tomada de decisões sem antes passar por um processo de conversão, de transformação, fazendo com que se tornem efetivamente informações. É nesta etapa onde os sistemas de informações gerenciais actuam, de maneira a compilar estes conjuntos de dados em informações processadas.

Em análise à afirmativa 5, conforme gráfico 4.15, cerca de 44,1% dos inquiridos discordaram totalmente e parcialmente com a mesma, onde 30% permaneceram neutros, e 28,8% dos inquiridos concordaram totalmente ou parcialmente com a afirmativa. Sendo assim 28,8% uma parcela bem significativa que não utilizam sistema de informação gerencial, factor este que pode vim a comprometer a gestão da organização.

A6: O preço de venda dos produtos/serviços comercializados pela organização são definidos exclusivamente com base nos preços dos concorrentes.

Portanto, começar pela finalidade, e nunca por custos ou pela concorrência. Precificar de dentro para fora, e só depois de fora para dentro.

Caso contrário, o gestor simplesmente estará a pensar somente em participação de mercado e não em lucratividade.

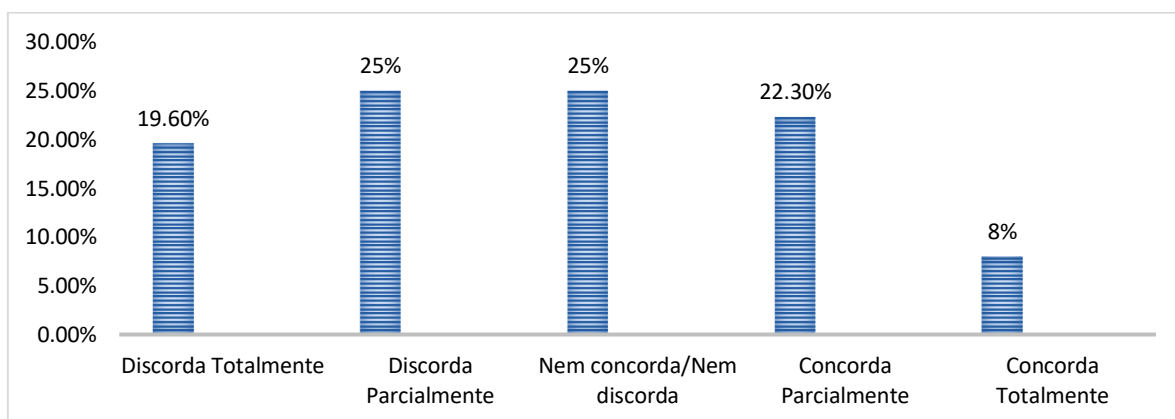
Porém, não significa que por serem mais aceitas são completas. Por ser mais fácil de usar, muitos negligenciam o processo de formação de preços.

Como preço está correlacionado directamente com receita, ele deve seguir primariamente a sequência a seguir: Estratégica financeira, Custos e Mercado.

Facto que definir o preço de venda exclusivamente pela concorrência não seria uma boa opção a ser adotada para organização.

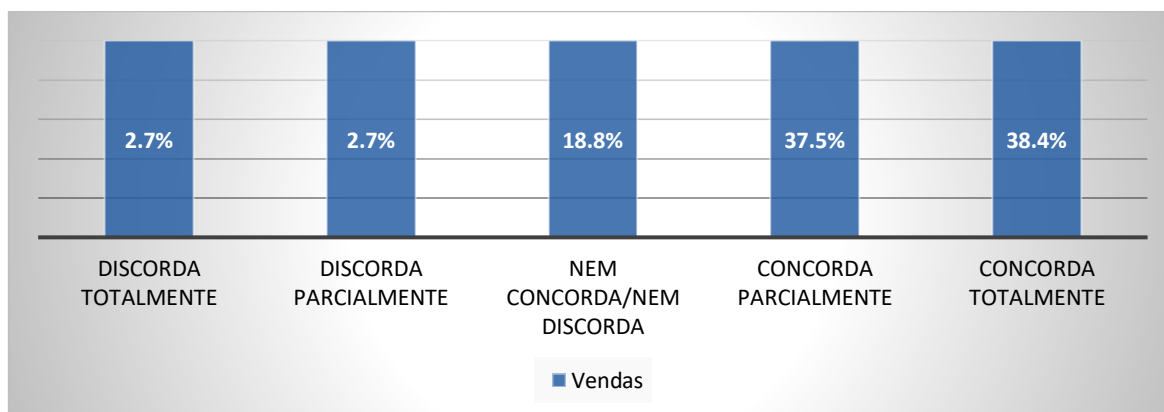
Em análise da participação dos inquiridos nesta afirmativa, observa-se uma pequena diferença quando ao critério utilizado pelos gestores uma vez que 44,6% dos inquiridos discordam com a mesma e 31,3% em concordância, em seguida 25% permaneceram neutros com a afirmativa, conforme gráfico 4.16. A análise contudo foi positiva tendo em vista os gestores utilizarem outros métodos para formação de seu preço de venda.

Gráfico 4.16: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 6



A7: Na organização, o gestor conhece de forma clara o resultado da operação, e isso serve de guia para as decisões tomadas.

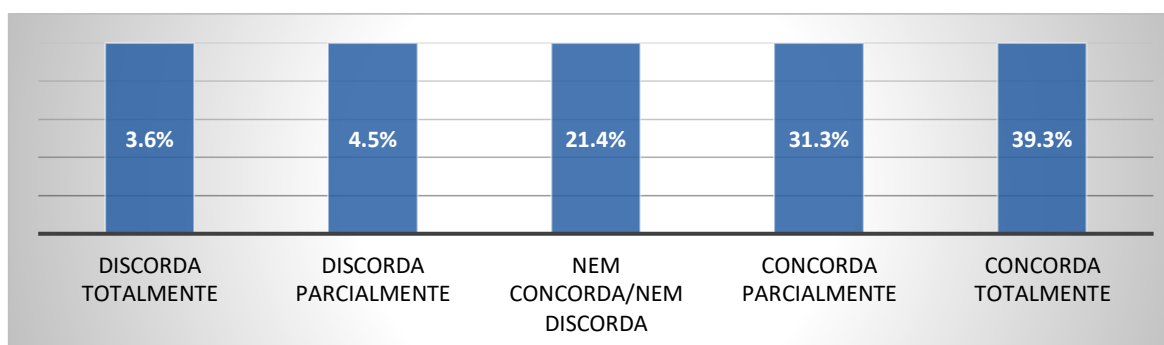
Gráfico 4.17: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 7



Nota-se que aproximadamente 75,9% dos gestores compreendem a relevância da informação sobre o resultado alcançado, para a gestão do negócio. Existe, portanto, espaço para uso da informação contábil. Considerando como um achado bastante importante tendo em vista que os gestores em sua maioria afirmam conhecer de forma clara o resultado da operação o que nos leva a conclusão de uma excelente base para tomada de decisões utilizada pelos gestores inquiridos nesta investigação.

A8: O gestor tem conhecimento do equilíbrio financeiro líquido (contas a pagar e contas a receber) fazendo somatório diário de créditos a receber e das obrigações a pagar.

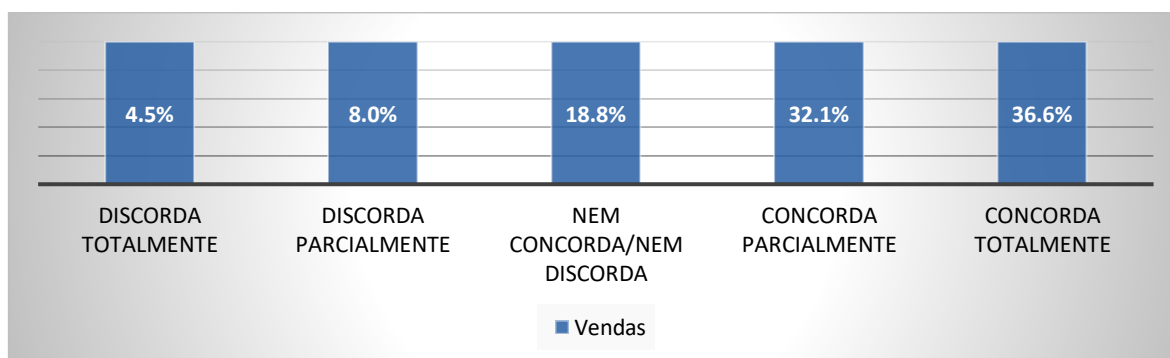
Gráfico 4.18: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 8



Observa-se que uma expressiva parcela, cerca de 70,6%, concordam totalmente ou parcialmente com a afirmativa que é considerada de grande importância para evitar grandes prejuízos financeiros e descontinuidade da organização. Ter conhecimento do equilíbrio financeiro líquido da organização é considerado um achado importante para que possamos ter uma visão sobre os negócios da empresa. Os gestores conhecendo bem este factor tomam decisões mais precisas sobre os negócios das organizações.

A10: No que se refere aos recursos da organização, existe uma perfeita separação entre o que pertence aos proprietários e o que pertence ao negócio.

Gráfico 4.19: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 10



Em consideração as duas afirmativas A7 e A8, observa-se que a concordância com as duas afirmativas é de grande relevância para a organização, face o gestor conhecer de forma clara o resultado da operação e o equilíbrio financeiro líquido da organização para tomada de decisão. Outra afirmativa a ser relacionada com as anteriores é a afirmativa 10, onde sua concordância demonstra o total controlo do gestor sobre a organização, fazendo a separação entre o que pertence ao proprietário e o que pertence a organização, facto este que se não observado pode levar à extinção da empresa.

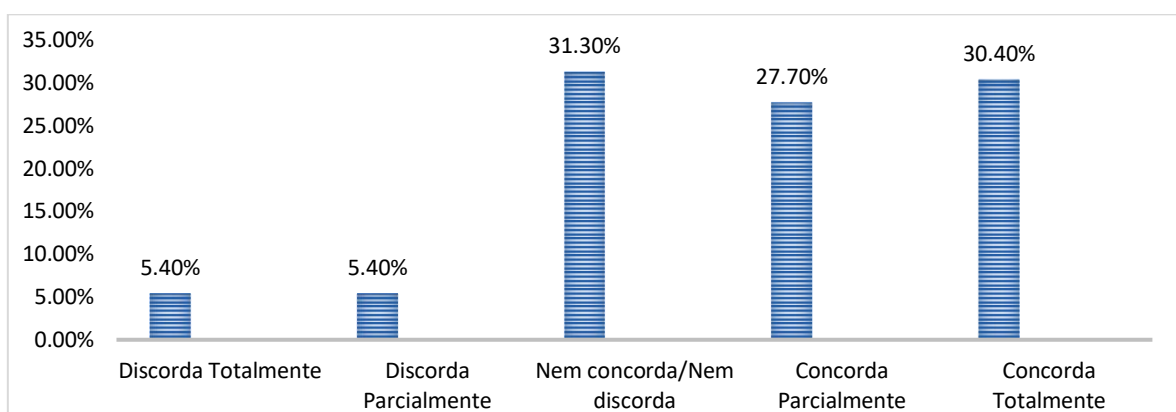
Em análise ficou evidente a seguinte situação em relação a afirmativa 7, a percentagem de participação de concordância ficou na maioria em 76,9% dos inquiridos, seguida de uma não concordância de apenas 5,4%, onde 18,8% permaneceram neutros.

Em análise a afirmativa 8 a percentagem de concordância foi de 70,6% dos inquiridos, seguida de uma pequena parcela de discordância de 8,1% de participação dos inquiridos, onde 21,4% permaneceram neutros.

Em análise a afirmativa 10 a participação de concordância foi de 68,7% dos inquiridos, seguida de uma discordância na parcela de 13,5%, onde 18,8% dos inquiridos permaneceram neutros.

A9: Itens como estoques, de uso ou de comércio, são controlados na organização especificamente pelo controlo físico feito pelo gestor.

Gráfico 4.20: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 9



Observa-se que o equilíbrio entre compra e venda, o direccionamento adequado dos estoques são factores fundamentais para o planeamento e sucesso de qualquer empresa.

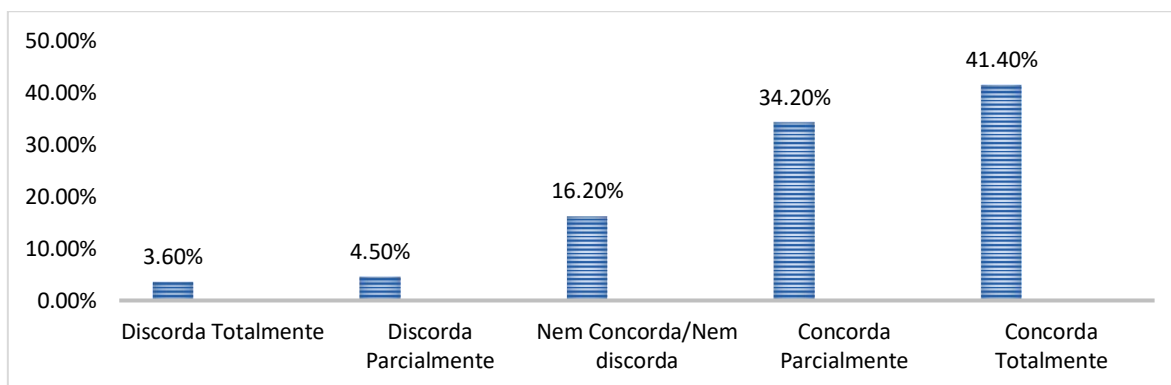
Busca reduzir ao máximo as quantidades de produto, aumenta o capital de giro, reduz custos e amplia o desempenho operacional da organização.

O controlo do estoque é fundamental para o bom funcionamento da empresa e geração de lucro. É preciso obter uma boa visualização dos itens, contabilização correcta de tudo que entra e tudo que sai e entendimento da movimentação dentro do depósito.

Em análise a afirmativa podemos observar uma concordância na participação dos inquiridos no percentual de 58,1%, seguida de uma discordância de 10,8% dos inquiridos, onde 31,3% nem concordam/nem discordam com a afirmativa, conforme gráfico 4.20.

A11: A informação de natureza contábil se constitui em um artifício imprescindível para a gestão da organização.

Gráfico 4.21: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 11



A sobrevivência de uma empresa no cenário actual está relacionada com a capacidade de antever situações adversas ou favoráveis e realizar mudanças rápidas no intuito de se adaptar à nova realidade.

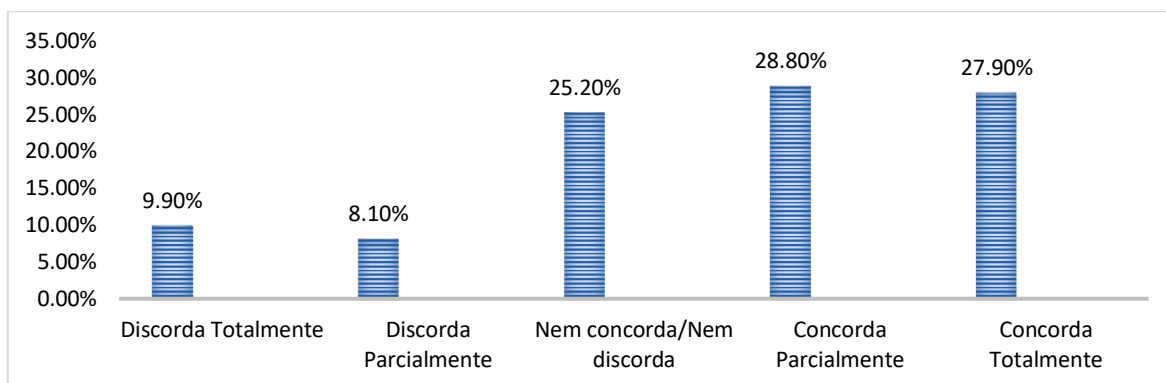
Nesse contexto, a contabilidade, ciência que tem como objectivo observar, registrar e informar os factos económicos e financeiros de uma organização é de fundamental importância como ferramenta de gestão, a contribuir para o conhecimento do negócio e auxílio quando na tomada de decisão.

Em consideração que o sucesso das empresas está directamente relacionado na sua capacidade de produzir e gerar lucros, na qualidade de seus produtos/serviços e na sua capacidade de se manter actuante no mercado, sugere-se o uso da contabilidade, maior aliado dos gestores, como ferramenta de gestão, de maneira a facilitar os cálculos de custos, previsões de receitas e resultados, controlo de despesas e eliminação de desperdícios, análise de fluxo de caixa, monitoramento de produção, controlo de prazos e de forma a auxiliar no processo de tomada de decisão.

A concordância com a afirmativa leva a conclusão que os gestores possuem grande valorização da informação contábil, e a consideram de grande relevância na tomada de decisões, factor este considerado positivo em nossa análise, onde a participação dos inquiridos para concordância da afirmativa foi de 75,6%, em conclusão que a maioria dos inquiridos utiliza a informação contábil como factor imprescindível para o processo de gestão, conforme gráfico 4.21.

A12: A gestão recebe mensalmente demonstrações contábeis evidenciando os negócios da organização.

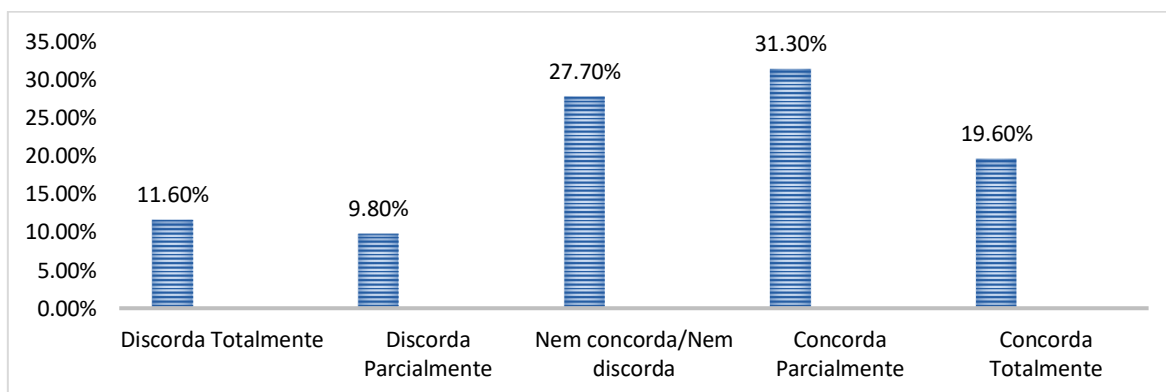
Gráfico 4.22: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 12



Em análise a afirmativa conforme gráfico 4.22, observa-se a concordância no percentual de 56,7%, a concluir que a maioria dos inquiridos tem acesso a informação contábil evidenciando os negócios da organização, levando assim a tomada de decisão correlacionada com a afirmativa 11 anteriormente analisada.

A13: As decisões dos negócios da organização são tomadas com base no conhecimento adquirido pelo gestor durante a sua formação escolar.

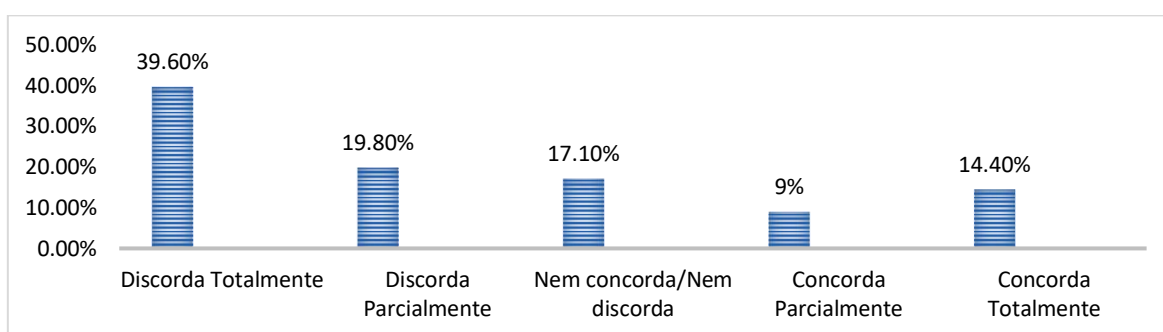
Gráfico 4.23: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 13



Observa-se também esta afirmativa como relevante nas decisões da organização uma vez que, muito se tem a aprender com a formação escolar, principalmente em relação à educação de nível superior. A participação dos inquiridos foi de 56,9% para concordância com esta afirmativa, seguida da discordância de 21,4%, onde o percentual de 27,7% permaneceu neutro a afirmativa.

A16: As informações contábeis recebidas pelo gestor não têm qualquer utilidade na gestão do negócio.

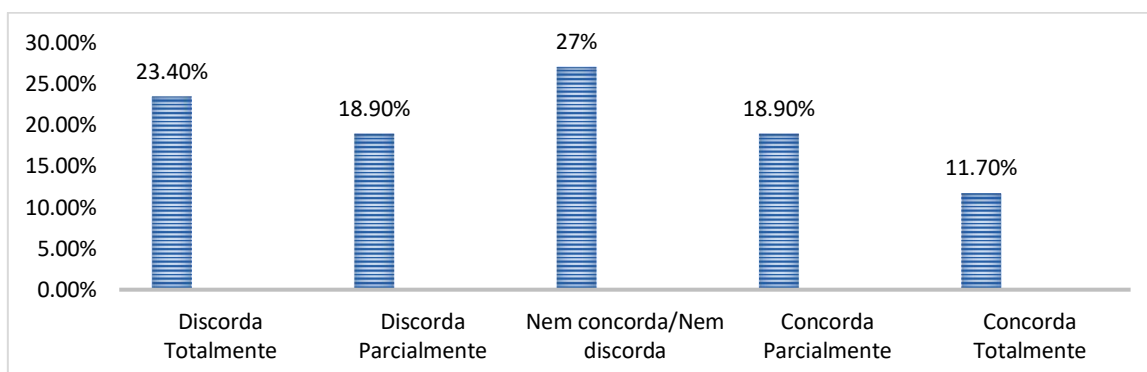
Gráfico 4.24: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 16



Em análise a esta afirmativa observa-se que a maioria de 59,4% dos inquiridos discorda com a mesma, factor este importante em nossa análise que está direccionada ao factor informação para tomada de decisão, onde conclui-se que grande parte dos inquiridos considera que a informação contábil tem utilidade na gestão do negócio.

A17: As decisões da gestão são unicamente fundamentadas em softwares comerciais que controlam desde o preço de venda até o estoque do negócio.

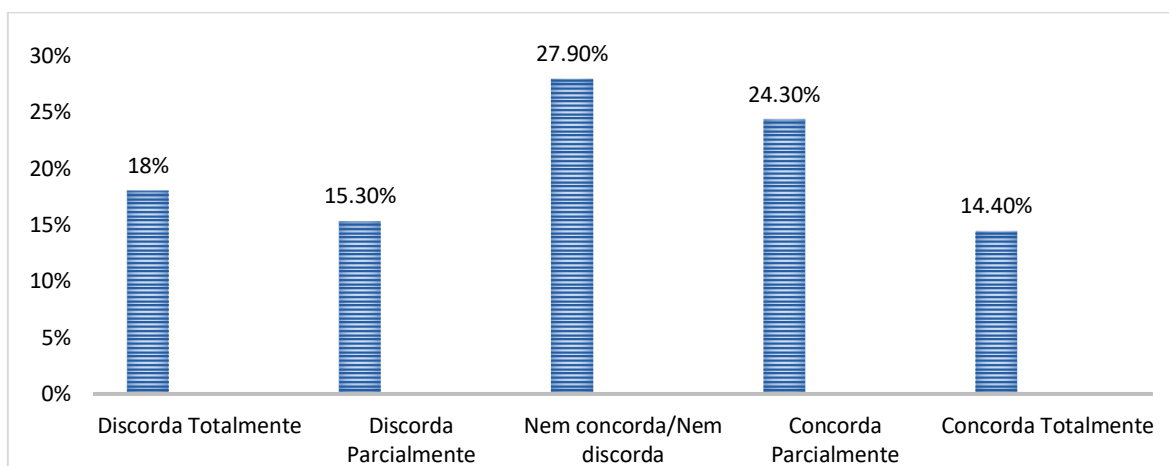
Gráfico 4.25: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 17



Em análise a esta afirmativa observa-se uma nítida divisão acerca do assunto, tendo a maioria dos inquiridos, no percentual de 42,3% com discordância da hipótese, seguida da concordância de 30,6% e 27% dos inquiridos permaneceram neutros à questão.

A18: As decisões da gestão são firmadas exclusivamente com base na intuição do gestor.

Gráfico 4.26: Resultados em percentagem (%) da Afirmativa 18



A palavra exclusivamente define esta afirmativa, onde a uma nítida divisão entre os inquiridos com a maioria de participação a concordar com a mesma no percentual de 38,7%, seguida de uma discordância de 33,3%, onde 27,9% dos inquiridos permaneceram neutros à questão.

A análise dessa afirmativa demonstra que grande parte dos gestores toma suas decisões fundamentados exclusivamente em sua intuição.

5. CONCLUSÃO

5.1. Síntese e contribuições para o estudo

No presente trabalho, procurou-se destacar a importância do tema escolhido na actualidade, Em observação aos gestores das MPEs e o profissional contábil, face às informações repassadas ao usuário que dependem desses dados para o processo de tomada de decisão.

Pretende assim, com este estudo, efectuar uma análise das informações consideradas mais relevantes para os gestores, com o objectivo de resposta a questão de pesquisa.

Este trabalho além de verificar as informações de natureza contábil recebidas pelo gestor para tomada de decisão, pretende também analisar o perfil dos mesmos, no intuito de abordar o tema em várias vertentes, com o objectivo de avaliar o profissional contábil, o gestor empresarial e qualidade das informações repassadas a este usuário.

Quanto a exposição do perfil dos inquiridos durante toda análise, verificou-se que a maioria de participação dos inquiridos é do sexo masculino. Relativamente à idade dos inquiridos observou-se maior participação entre 36 e 47 anos de idade.

Quanto ao nível escolar ficou bem evidenciado a participação em maior percentual de inquiridos com nível superior completo, dividido em maior participação entre o curso de ciências contábeis e outros cursos.

Quanto a participação válida entre gestores e proprietários, o presente estudo obteve maior participação dos proprietários das organizações.

Relativamente à localização geográfica a maior participação ficou concentrada na cidade de João Pessoa, sendo esta cidade a Capital do estado da Paraíba no Brasil.

Quanto aos serviços da organização relativamente a contabilidade observa-se uma perfeita divisão entre serviços terceirizados e executados pela própria organização.

Em análise às questões objectos desse estudo onde pretendeu verificar quais fontes de informações são utilizadas pelos gestores de MPEs para o processo de tomada de decisão na organização, coletamos em maior participação dos inquiridos os seguintes dados:

- Os gestores mantêm-se actualizados através de revistas e jornais especializados, usando essas informações cotidianamente como ferramenta no auxílio para tomada de decisões.
- Os gestores consideram as experiências acumuladas durante os anos de trabalho como factor mais importante para as decisões da organização.

- Relativamente ao processo de tomada de decisão da organização os gestores procuram se orientar por informações adquiridas na participação de seminários, encontros, cursos de pós-graduação, entre outros.
- Os gestores consideram as informações fornecidas pela contabilidade como ferramenta exclusiva de suporte no processo de decisão da gestão.
- Observou-se um pequeno confronto de informações quanto as informações oriundas da contabilidade a respeito das guias de pagamento de tributos, devendo esta vertente ser mais bem aprofundada em estudos futuros.
- Na afirmativa 14, ficou bem definido que a organização recebe da contabilidade informações exclusivamente de natureza contábil fiscal.
- A organização utiliza sistema de informação gerencial.
- Observou-se nitidamente uma divisão quanto a formação do preço de venda relativo aos concorrentes.
- Na organização o gestor conhece de forma clara o resultado da operação, assim como o equilíbrio financeiro, a existir uma perfeita separação entre o que pertence ao proprietário e o que pertence a empresa.
- Os estoques são controlados fisicamente pelo gestor.
- Os gestores consideram a informação de natureza contábil como um artifício imprescindível para gestão da organização e concordam em sua maioria com a afirmativa que trata do recebimento mensal de demonstrações contábeis de forma a evidenciar os negócios da organização.
- O conhecimento adquirido pelos gestores durante sua formação escolar é utilizado como base para tomada de decisões.
- Existe uma pequena diferença no percentual de participação quanto a discordância e concordância relativo a utilização de softwares comerciais na gestão da organização.
- Observa-se uma divisão de concordância e discordância com pequena diferença em percentual de participação dos inquiridos quanto as decisões serem firmadas exclusivamente com base na intuição do gestor.

Face o exposto, podemos concluir que a amostra observada possui em sua maioria factores positivos, onde as decisões da organização são bem fundamentadas e os gestores estão sempre em actualização profissional contínua. Utilizam as informações de natureza contábil como factor imprescindível na tomada de decisões, juntamente com o factor formação escolar e experiência adquirida durante anos de trabalho como gestor. Os gestores em sua maioria têm conscientização financeira na separação do que pertence a organização e o que pertence ao proprietário, sendo este factor crucial para continuidade da organização. Na amostra observada conluo assim o presente questionamento base desta pesquisa que, as informações utilizadas pelos gestores de MPEs para tomada de decisões provêm de sua formação escolar, de participações em cursos profissionais, da análise dos relatórios contábeis e de seu conhecimento financeiro sobre os negócios da organização.

5.2. Limitações do estudo

Neste tópico irão ser apresentadas as principais limitações e dificuldades observadas durante o decurso da presente investigação.

Do mesmo modo que qualquer trabalho deste gênero, este trabalho tem as suas limitações. Como exemplo, a dificuldade na obtenção de respostas por parte dos inquiridos, tendo em vista, grandes problemas socioculturais existentes no Brasil, a prática da “desconfiança” foi predominante durante toda coleta de dados aos inquiridos. Os gestores aparentemente tinham receio em responder ao questionário por medo de vírus e outras variantes de segurança.

Cabe observar, contudo, que a despeito de o número de inquiridos ser baixo, a própria literatura indica que o processo de gestão de MPEs no Brasil não é distinto, seja no âmbito de um Estado qualquer da Federação, seja entre os Estados. Essa igualdade do processo de gestão de MPEs brasileiras é nitidamente observado, tendo-se em conta a relevância desse processo para a sobrevivência da organização, a ser visto com base nas pesquisas do SEBRAE a respeito da mortalidade desse tipo de negócio. Nesse sentido, o número de inquiridos não a de se considerar como factor de relevância nesta investigação.

Uma outra limitação está relacionada essencialmente com o horizonte temporal para recolha de dados necessários à fundamentação das afirmativas. Tendo em conta o exercício da actividade profissional e a reduzida disponibilidade da investigadora, houve necessidade de delimitar a fase de recolha de dados, pelo que o inquérito apenas esteve disponível para resposta durante aproximadamente três meses.

Por fim, o número de participantes no presente estudo foi de 112 inquiridos. Este número de resposta não é expressiva para aferir conclusões mais sólidas sobre a investigação, tendo em vista se observar a técnica utilizada, o inquérito por questionário, podendo ser expandida em investigações futuras por forma a garantir a obtenção de resultados mais aprofundados.

5.3. Sugestões para futuras investigações

Tendo em vista a relevância do tema no contexto da economia brasileira, sugere-se que aspectos da gestão de MPEs sejam pesquisados com o uso da metodologia de estudo de casos, com a permanência do pesquisador dentro do processo de gestão, o que permitira alcançar uma visão mais próxima do processo de gestão.

A respeito das informações de natureza contábil é fundamental um estudo mais aprofundado sobre a disponibilização dessas informações aos gestores, onde ficou bem evidenciado uma dúvida quanto as informações contábeis serem apresentadas como sendo em formas de guias de pagamento, vertente esta devendo ser estudada detalhadamente em futuras investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ansoff, H. I. (1979). *Estratégia empresarial*. São Paulo: McGraw Hill.
- Arima, C. H. (2002). *Sistemas de Informações Gerenciais*. In: SCHMIDT, Paulo (Organizador). *Controladoria: Agregando Valor para a Empresa*. Porto Alegre: Bookman
- Assaf Neto, A. (1998). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro* (4ª ed.). São Paulo: Atlas. P.51
- Assaf Neto, A. (2002). *Estrutura e análise de balanços* (7. ed.). São Paulo: Atlas.
- Assaf Neto, A. (2003). *Finanças Corporativas e Valor* (1ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Assaf Neto, A., & Silva, C. A. T. (2002). *Administração do capital de giro* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Barney, J. B., & Hesterly, W. S. (2007). *Administração estratégica e vantagem competitiva*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Bazerman, M. (2004). *Processo decisório: para cursos de administração e economia* (5ª ed.). Tradução Arlete S. Marques. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Júnior., T. (1999). *Produção científica em administração de empresas: provocações para um debate local*. RAC, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-178, Jan. /abr.
- Beuren, I.M. (2000). *Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial* (2ª ed.). São Paulo: Atlas, 104p.
- Bortoli, A. N. (1980). *Tipologia de problemas das pequenas e médias empresas*. Dissertação de Mestrado em Economia e Administração - Faculdade de Economia e Administração em São Paulo.
- Braga, N. (1988). *O processo decisório em organizações brasileiras: comportamentos comunicativos*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 34-51.
- Braga, R. (1989). *Fundamentos e técnicas de administração financeira: livros de exercícios*. São Paulo: Atlas.

- Brasil, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111638.htm, acesso em: 18/03/2019.
- Brasil, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/contabil/lei6404_1976.htm, acesso em: 19/03/2019.
- Brasil. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm, acesso em: 20/03/2019.
- Brasil. Normas Brasileiras de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.418, de 05 de dezembro de 2012, dou 21.12.2012.ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- Brasil. Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011. D.o.u: 11.11.2011. Consultado em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/lei-complementar-139-2011.htm>, acesso em: 20/03/2019.
- Brasil. Resolução CFC n.º 785, de 28 de julho de 1995, NBC T 1 – das características da informação contábil, disponível em: http://www.peritoscontabeis.com.br/normas/normas_contabeis.htm, consultado em 24/04/2019.
- Brasil, Resolução CFC N.º 686/90, Aprova a NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t3.htm>, acesso em 24/04/2019.
- Brasil. Resolução CFC nº. 1.185/09. d.o.u.: 15.09.2009. Aprova a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1185_2009.htm, acesso em 02/06/2019.
- Bratu, A. (2007). The necessity, organization and administration of management accounting within the SMEs. *Manager Journal*, v. 6, n. 1, p. 89-92.
- Carvalho, A.M.R., & Nakagawa, M. (2004). Informações contábeis: um olhar fenomenológico. In: 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2004, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 160p.
- Castro, C. J. L. (1998). Escritório de contabilidade. Sala do empresário – Programa de capacitação, estratégia e motivação empreendedora – Ano XVII – Depoimento publicado no período: 19/04/1998 a 25/04/1998. Disponível em http://www.empresario.com.br/memoria/entrevista.php3?pic_me=65. Acesso em: 23/01/2019.

- Cerqueira, J.F., Oliveira, W.P., & Azevedo, T.C. (2004). Socialização da informação contábil para os microempresários. In: 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 160p.
- Chiavenato, I. (2008). Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor (2ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Ciborra, C. (1992). Teams, markets and systems: business innovation and information technology. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clemen, R. T. (1996). Making hard decisions (2ª ed.). Pacific Grove: Duxbury.
- Coelho, C.U.F., & Lins, L.S. (2010). Teoria da contabilidade: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (1986). Deliberação CVM n. 29/86. Brasília: CVM. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0001/deli029.pdf>, acesso em 04/06/2019.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>, acesso em: 12/04/2019.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Resolução CFC Nº. 1.374/2011: estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília: CFC, <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1374-2011.htm>, consultado em 24.04.2019.
- Costa, D.F., & Yoshitake, M. (2004). O controle e a informação contábil nas pequenas empresas. In: 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 160p.
- Daft, R., & Weick, K. (2005). Por um modelo de organização concebido como sistema interpretativo. Revista de Administração de Empresas, 45(4), 73-86.
- Daft, R. L. (2006). Organizações, teoria e projetos (2ª ed.). São Paulo: Thomson Learning.
- Dalbello, L. (1999). A relevância do uso do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira para avaliação da liquidez e capacidade de financiamento de empresa. Dissertação de mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81054>, acesso em: 02/03/2019.

- Dantas, J. A, Zendersky, H. C., & Niyama, J. K. (2004). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. Rio de Janeiro: ANPAD.
- Davenport, T.H. (2000). Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 316p.
- Davidson III, W. N., & Dutia, D. (1991). Debt, liquidity, and profitability problems in small firms. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 16(1), 53-64.
- Deitos, M.L.M.S. (2003). Conhecer as especificidades das pequenas e médias empresas: uma necessidade que se impõe ao contador. *Revista do Site do CRC/PR*, ano 27, n.136, maio/jun./jul./ago. 2003. Disponível em: <https://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/revista/revista136/index.html> , Acesso em: 25.04.2019.
- Donadio, L. (1983). Política científica e tecnologia. In: MARCOVITICH, J. (Coord.). *Administração em ciência e tecnologia*. São Paulo: Edgard Blücher, 1983. p. 17-42.
- Drucker, P. F. (1981). *Prática de Administração de Empresas*. São Paulo: Pioneira.
- Ensslin, L., & Borgert, A. (1998). Os sistemas de custos na perspectiva da metodologia multicritérios de apoio à decisão. V Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos – Fortaleza, CE, Brasil, 20 a 23 de setembro de 1998. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3266/3266>, acesso em 20/03/2019.
- FASB – Financial Accounting Statements Board. Accounting Standards – Statement of Financial Accounting Concepts # 2: Qualitative Characteristics of Accounting Information. Disponível em: <https://www.fasb.org/st/#cons>, acesso em: 19/03/2019.
- Favero, H.L., Lonardon, M., Sousa. C., & Takakura, M. (2011). *Contabilidade teoria e prática (6ª d.)*. São Paulo: Atlas.
- Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (1994). *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades (4ª ed.)*. São Paulo: Atlas, 1994. 778p.
- Gitman, L. J. (2003). *Princípios de administração financeira (10ª ed.)*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Gitman, L. J. (2004). *Princípios de Administração Financeira (10ª ed.)*. São Paulo: Pearson Addison

Wesley.

Goldratt, E.M. (1991). Garimpendo informação num oceano de dados: a síndrome do palheiro. São Paulo: C.Fullmann, 243p.

Gonçalves, J. E. L., & Gomes, C. A. (1993). A tecnologia: realização do trabalho. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 106-121.

Gonzáles, A., & Nagai, C. (2003). A eficácia social do pronunciamento técnico para pequenas e médias empresas sob a tica da Teoria dos Jogos. Enfoque Reflexão Contábil, Maringá, v.32, n.1, 03-13.

Greiner, L. E. (1998). Evolution and revolution as organizations grow. Harvard Business Review, Cambridge, p. 55-67, May/Jun.

Guerreiro, R. (1992). Um modelo de sistema de informação contábil para mensuração do desempenho econmico das atividades empresariais. Caderno de Estudos Fipecafi, São Paulo, Fipecafi, v.21, n.4, p.8-26.

Hammond, J. S., Keeney, R. L., & Raiffa, H. (2004). Decisões inteligentes. Rio de Janeiro: Elsevier.

Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. V. (1999). Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas.

Hirigoyen, G. (1985). Rentabilit et solvabilit. Direction et Gestion, n. 3.

IBGE (2005). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa geral no site. Disponível em: <http://www.ibict.br/> . Acesso em 20/03/2019.

IBRACON NPC não 27 – Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>, acesso em: 02/06/2019.

Iudícibus, S. (1998). Análise de balanços: análise de liquidez e do endividamento análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira (7 ed.). São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S (2004). Teoria da Contabilidade (7 ed.). São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. (2015). Teoria da Contabilidade (11 ed.). São Paulo: Atlas, p. 71.

Iudícibus, S., & Marion, J.C. (2000). Curso de contabilidade para não contadores (3 ed.). São Paulo:

Atlas.

Iudícibus, S., & Marion, J. C. (2002). A contabilidade e o contador. In: Introdução à teoria da contabilidade para nível de graduação (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S., Marion, J.C., & Faria, A.C. (2009). Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2008). Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

Jiambalvo, J. (2002). Contabilidade gerencial (1ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Johnson, H.T., & Kaplan, R.S. (1993). Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas. Rio de Janeiro: Campus, 239p.

Johnson, G., & Scholes, K. (1993). Exploring Corporate Strategy (3ª ed.). Prentice-Hall.

Jung, W. (2004). A review of research: an investigation of the impact of data quality on decision performance. In: International Symposium on Information & Communication Technologies (ISITC'04).

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1996). A estratégia em ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus.

Kaplan, R. S., Norton, D. P. (1997). A estratégia em ação: Balanced Scorecard (9ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Kassai, S. (1997). As empresas de pequeno porte e a contabilidade. Caderno de Estudos Fipecafi, São Paulo, Fipecafi, v.9, n.15, p.60-74, jan./jun.

Lacombe, F., & Heilborn, G. (2003). Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva.

Laudon, K. C., & Laudon, J. P. (1996). Management information systems (4ª ed.). São Paulo: Prentice-Hall.

Lenzi, F. C., & Kiesel, M. D. (2009). Empreendedor de Visão. São Paulo: Atlas.

Leone, N. M. C. P. G. (1991). A dimensão física das pequenas e médias empresas (PMEs): à procura

de um critério homogeneizador. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 53-59, abr./jun.

Leone, N. M. C. P. G. (1999). As especificidades das pequenas e médias empresas. *Revista de Administração*, 34 (2), 91-94.

Longenecker, J. G, Moore, C. W, & Petty, W. J. (1997). *Administração de Pequenas Empresas: Ênfase na Gerência Empresarial*. São Paulo: Makron Books.

Luciano, E. M. (2000). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA/EA). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Brasil. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gianti/files/orientacao/mestrado/defesa/pdf/18_dissertacao_mezzom_o.pdf, acesso em: 15/03/2019.

Lunkes, R. J. (2007). *Contabilidade Gerencial: um enfoque na tomada de decisão*. Florianópolis: Visual Books.

Maciel, A. M. et al. (2002). Planejamento tributário para micro e pequenas empresas. In: Congresso USP de Contabilidade, 2., 2002, Anais... São Paulo: USP.

Marion, J.C. (1988). *Contabilidade empresarial* (3ª ed.). São Paulo: Atlas, 1988. 540p

Marion, J. C. (2007). *Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

Martin, N. C. (2002). Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*. São Paulo, n.28, p.7-28, jan/abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n28/v13n28a01.pdf>, acesso em: 15/02/2019.

Masuda, Y. A. (1982). *Sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Editora Rio.

Matarazzo, D. C. (2003). *Análise Financeira de balanços* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Mcgee, J. V., & Prusak, L. (1994). *Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Campus.

Meigs, W.B., Johnson, C.E., & Meigs, R.F. (1977). *Accounting: the basis for business decisions*. (4th ed.). New York: McGraw-Hill Book Company, 1977. 1034p.

- Michalischen, F., & Savoia, J. R. F. (2006). A dinâmica do investimento em capital de giro e a rentabilidade da empresa: uma análise utilizando o modelo fleuriet. In: 9, SEMEAD, 2006, São Paulo.
- Mintzberg, H., & Quinn, J. B. (2001). O processo de estratégia. Porto Alegre: Bookman.
- Mitchell, F., Reid, G., & Smith, J. (2000). Information System Development in the Small Firm – the Use of Management Accounting. London: CIMA.
- Mosimann, C. P., & Fisch, S. (1999). Controladoria: seu papel na administração de empresas (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Nicolsky, R. (2008). Os desafios para transformar conhecimento em valor econômico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cientec/cientec12.htm>. Acesso em: 13/01/2019.
- Normas contábeis para fins de auditoria. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/normascrc/normasbrasileirasdecontabilidade785.htm> , consulta realizada em 23 de outubro de 2018.
- Oliveira, A.G., Müller, A.N., & Nakamura, W.T. (2000). A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. Revista da FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/508>, acesso em: 03/02/2019.
- Oliveira, D. P. R. (1997). Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, D. P. R. (2004). Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas (20ª ed.). Rev. e ampl. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, D. P. R. (2008). Sistemas de Informações Gerenciais: Estratégicas Táticas Operacionais (12ª ed.). São Paulo: Editora Atlas, 299 p.
- Oliveira, D. P. R. (2010). Planejamento Estratégico (28ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Oliveira, L. M., Perez Júnior, J. H., & Silva, C. A. S. (2002). Controladoria estratégica. São Paulo: Atlas, 2002. 216p.
- Padoveze, C. L. (1996). Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil. São Paulo: Atlas.

- Padoveze, C. L. (2005). *Controladoria Avançada* (1ª ed.). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Panorama SEBRAE (2018). Disponível em: http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Panorama-Sebrae_052018.pdf, consulta realizada em 23 de outubro de 2018.
- Pereira, M. C. C. (2005). Empresas de serviços contábeis condicionantes estratégicas para uma atuação empreendedora. *Pensar Contábil*, 7(29), 1-14.
- Pires, M. A., Costa, F. M., & Hahn, A. V. (2004). Atendimento das necessidades de informação para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objectivos – pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória-ES. In: congresso USP de controladoria e contabilidade, 4., 2004, São Paulo. USP, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p119>. Acesso em: 25.04.2019
- Pitela, A.C. (2000). O desempenho profissional do contador na opinião do empresário. *Revista Publicatio UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa*, ano 8, n.1. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/10>. Acesso em: 25.04.2019.
- Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF). Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nº 26 tópico 09. Disponível em: <https://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbc-tg-26b>, Acesso em: 22/03/2019.
- Ponte, V. M. R., & Oliveira, M. O. (2004). A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, n. 36, p. 7-20. set./dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772004000300001, acesso em 15/03/2019.
- Portal Brasil. Sobrevivência e mortalidade. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>. Acesso em: 12/03/2019.
- Portal Simples Nacional. Disponível em, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>?, consulta realizada em 23 de outubro de 2018.
- Portal Governo do Brasil, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>, acesso em 26/03/2019.
- Portal Governo do Brasil, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>, acesso em 05/04/2019.

Portal da Contabilidade. Disponível em:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>. Acesso em 24.04.2019.

Portal da Contabilidade. Disponível em:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaoresultadoabrangente.htm>

Acesso em 02/06/2019.

Porter, M. E. (1980). *Competitive strategy: techniques for analysing industries and competitors*. New York: Free Press.

Porton, R. A. B., & Longaray, A. A. (2007). Relevância do uso das informações contábeis nos processos decisoriais. *Revista Angrad* – vol. 7, n. 4, out-nov-dez/2006 – pp. 89-110.

RAI -Revista de Administração e Inovação (2019), São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65. Artigos fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79129/83201>, acesso em 26/03/2019.

Ramos, A.S., Paula, C.S., & Teixeira, E.E.M. (2000). Análise comparativa da qualidade dos serviços contábeis prestados pelos escritórios de contabilidade em Ipatinga, Minas Gerais. In: semana de iniciação científica, 3., 2000, Coronel Fabriciano, MG. Resumos... Coronel Fabriciano, MG: UnilesteMG.

Reis, F. L. (2018). *Manual de Gestão das Organizações – Teoria e Prática* (1ª ed.). Edições Sílabo: Lisboa, setembro de 2018. ISBN: 978-972-618-955-8.

Reske Filho, A. (2000). *O uso de relatórios contábeis-gerenciais no processo de gestão das empresas do setor da construção civil de Santa Maria/RS*. 126p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Resnik, P. (1991). *A bíblia da pequena e média empresa*. São Paulo: Makron Books.

Revista FAE, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 48-67, jan./jun. 2016. A percepção de micro e pequenos empresários quanto a estratégias organizacionais/The perception of micro and small entrepreneurs as organizational strategies. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/a_percepcao_de_micro_e_pequenos_em_presarios_quanto_as_estrategias_organizacionais.pdf , Acesso em: 25/04/2019.

Revista da FAE, Curitiba, v.3, n.3, p.1-12, set./dez. 2000. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/508/403>, consultado em 23/04/2019.

Rezende, D.A. (2010). *Sistema de informações organizacionais: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática* (4ª ed.). São Paulo.

- Ribeiro, O. M. (2012). Contabilidade básica fácil (28ª ed.). São Paulo: Editora Saraiva.
- Ross, S. A. (2000). Princípios de Administração Financeira (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Roy, B. (1985). Méthodologie multicritère d'aide à la décision. Paris: Ed. Economica.
- Sá, A. L. (2005). Fundamentos da Contabilidade Geral (2ª ed.). Editora: Juruá.
- Santos, E. S. (1998). Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar. Caderno de Estudos Fipecafi, São Paulo, Fipecafi, v.10, n.18, p.1-16, maio/ jun./jul./ago.
- Santos, F. A., & Veiga, W. E. (2012). Contabilidade: com ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Santos, L. C. B., Vasconcelos, F. N. P., Colares, A. C. V., & Moreira, M. A. (2014). Profissionais da contabilidade engajados no auxílio gerencial às micro e pequenas empresas brasileiras. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 210, nov.-dez.
- Schumpeter, J. A. (1934). The Theory of Economic Development. Harvard University Press, Cambridge, Mass.
- Schumpeter, J. A. (1961). Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- SEBRAE (2007). Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil – 2003/2005. Brasília: Sebrae. Disponível em: [https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia das empresas no Brasil 2011.pdf](https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia%20das%20empresas%20no%20Brasil%202011.pdf), acesso em 10/03/2019.
- SEBRAE (2011). Perfil dos Pequenos negócios: 2011, Setor de inteligência Integrada/UINE Base de dados de pronta resposta. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/Biblioteca Digital](http://www.sebrae.com.br/Biblioteca%20Digital) Acesso em: 19/03/2019.
- SEBRAE (2012). Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2012. (5ª ed.). Brasília, DF; DIEESE, 2012. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho %20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa 2012.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa%202012.pdf), acesso em 20/03/2019.
- SEBRAE (2013). Sobrevivência das Empresas no Brasil. Coleção Estudos e Pesquisas – JULHO 2013. Disponível em: <http://observatorio.sebrae.com.br/conjuntura-economica/taxa-de-sobrevivencia-das-mpes> , acesso em 20/03/2019.

Shin, Hyun-Han, & Soenen, L. A. (2000). Liquidity Management or Profitability – is there room for both? *Journal of Financial Practice and Education*. Spring.

Silva, A. A. (2010). *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Silva, A.L.S. (2002). *O perfil do profissional contábil sob a ótica dos gestores*. 86p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nacional de Rosário (Argentina) e Universidade da Região da Campanha (Brasil).

Silva, C. A. T., & Tristão, G. (2000). *Contabilidade básica* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Silva, D. J. C., Miranda, L. C., Freire, D. R., & Anjos, L. C. M. (2010). Para que serve a informação contábil nas micro e pequenas empresas? (p. 1). *Revista Contemporânea de Contabilidade*. ISSN 1807-1821, UFSC, Florianópolis, ano 07, v.1, nº13, p. 89-106, Jan./Jun. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2010v7n13p89>. Acesso em: 26/03/2019.

Silva, D. S., Godoy, J. A., Cunha, J. X., & Coelho Neto, P. (2002). *Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas* (5ª ed.). Brasília: CFC: Sebrae.

Simon, H. A. (1965). *Comportamento administrativo: estudos dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Simon, H. A. (1970). *Comportamento administrativo* (2ª ed.). Rio de Janeiro: FGV, 277p.

Site do CFC. Disponível em: <https://cfc.org.br/> . Acesso em: 22/03/2019

Site do Portal Correio. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/sebrae-avalia-perfil-das-micro-e-pequenas-%20empresas-da-paraiba/>, Acesso em: 11/03/2019.

Site Empresômetro. Disponível: <https://www.empresometro.com.br>. Acesso em: 10.03.2019.

Site da RFB. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/> . Acesso em: 23/03/2019.

Site do CRC/BA. <http://www.crcba.org.br/submissaodetrabalhos/arquivos/be20c9abd0.pdf>, consulta em: 24.04.2019.

Site do IBRACON. <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/>, acesso em 09/03/2019.

Site do SEBRAE. <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>, acesso em 10.03.2019.

Soares, L. A. C. F. (1998). A divulgação de informações contábeis obrigatórias e as necessidades informacionais na área financeira. 152p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Souza, L. C. (2001). Pequenas empresas se utilizam muito pouco de relatórios gerenciais. Revista do CRCPR, Curitiba, ano.26, n.129, p.27-30.

Stoll, H. R., & Curley, A. J. (1970). Small business and the new issues market for equities. Journal of Financial and Quantitative Analysis, 5 (3), p.309-322.

Stone, G. (2011). Let's talk adapting accountants' communications to small business managers' objectives and preferences. Accounting, Auditing & Accountability Journal. v. 24, n. 6, p. 781-809.

Stoner, J. A. F., & Freeman, R. E. (1999). Administração (5ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.

Stroeher, A. M., & Freitas, H. (2008). O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. Revista RAUSP-e, v1, n.1, Jan-Jun 2008. Disponível em: http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2008/2008_232_AMS_HF_RAUSPe.pdf . Acesso em: 26/03/2019.

Teixeira, F. L. C., & Rocha, F. N. (1994). Estratégia tecnológica na petroquímica brasileira. In: encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em administração, 18., 1994, Curitiba. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 1994. p. 220-229.

Teófilo, R. B., & Freitas, L. S. (2007). O uso de tecnologia da informação como ferramenta de gestão. IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGTE). Resende, Rio de, p. 1-12.

Vasconcelos, Y.L., & Viana, A.L. (2002). Evidenciação: forma e qualidade. Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXXI, n.134, p.21-29, mar./abr.

Viceconti, P., & Neves, S. (2013). Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. (17ª ed.). São Paulo: Saraiva.

Wernke, R., & Bornia, A.C. (2001). A contabilidade gerencial e os métodos multicritérios. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, Fipecafi, v.14, n.25, p.60-71, jan./fev./mar./abr.

Wikipédia. A Enciclopédia Livre. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Question%C3%A1rio>, consulta realizada em 11 de outubro de 2018.

Wikipédia. A Enciclopédia Livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Liquidez>, consulta realizada em 11 de outubro de 2018.

Zanoteli, E. J. (2001). Sistemas de Informações Gerenciais: o Uso da Informação Contábil como Apoio à Tomada de Decisão, 280 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice I – Questionário

Pesquisa para elaboração de uma dissertação de Mestrado em contabilidade (ISCAL)

Questionário aplicado a micro e pequenas empresas

Por favor, marque com um X a resposta que melhor especifica a sua situação ou a situação da empresa.

***Obrigatório**

1. Gênero: *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

2. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 24 anos
 25 a 35 anos
 36 a 47 anos
 47 a 60 anos
 Acima de 60 anos

3. Escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental Completo
 Médio Completo
 Superior Completo

4. Se você possui curso superior, favor indicar a área de formação:

Marcar apenas uma oval.

- Ciências Contábeis
 Administração
 Economia
 OUTRO

5. Relação atual com a empresa na qual atua profissionalmente: *

Marcar apenas uma oval.

- Proprietário
- Gerente empregado
- Empregado não em função de gerência
- Prestador de serviços

6. Natureza da atividade da empresa: *

Marcar apenas uma oval.

- Serviços
- Comércio
- Indústria

7. Localização: *

Marcar apenas uma oval.

- João Pessoa
- Cidades da Grande João Pessoa, exceto a própria capital
- Sertão
- Outra região do Estado da Paraíba

8. No que se refere aos serviços contábeis da organização: *

Marcar apenas uma oval.

- São executados por funcionários da própria organização
- São terceirizados

Em relação às afirmações a seguir colocadas, favor indicar a situação que melhor representa o processo de gestão da organização.

Na escala de 1 para discordo totalmente - 2 para discordo parcialmente - 3 para neutro - 4 concordo parcialmente e 5 para concordo totalmente.

9. 1. Revistas e jornais especializados, assim como noticiários da mídia em geral são usados cotidianamente como ferramentas de auxílio no processo de tomada de decisão de gestão da organização. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. **2. As experiências acumuladas durante os anos de trabalho como gestor, se constitui no fator mais importante para tomar decisões na gestão da organização.** *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. **3. Informações adquiridas na participação do gestor em atividades de formação (seminários, encontros, cursos de pós-graduação etc.) é que têm orientado as decisões de gestão.** *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. **4. As informações fornecidas pela contabilidade se constitui na ferramenta exclusiva de suporte ao processo de gestão da organização.** *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. **5. O processo de gestão da organização não utiliza sistema de informação gerencial.** *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. **6. O preço de venda dos produtos/serviços comercializados pela organização são definidos exclusivamente com base nos preços dos concorrentes.** *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. **7. Na organização, o gestor conhece de forma clara o resultado da operação, e isso serve de guia para as decisões tomadas.** *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. **8. O gestor tem conhecimento do equilíbrio financeiro líquido (contas a pagar e contas a receber) fazendo somatório diário de créditos a receber e das obrigações a pagar. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. **9. Itens como estoques, de uso ou de comércio, são controlados na organização especificamente pelo controle físico feito pelo gestor. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. **10. No que se refere aos recursos da organização, existe uma perfeita separação entre o que pertence aos proprietários e o que pertence ao negócio. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. **11. A informação de natureza contábil se constitui em um artifício imprescindível para a gestão da organização. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. **12. A gestão recebe mensalmente demonstrações contábeis evidenciando os negócios da organização. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. **13. As decisões dos negócios da organização são tomadas com base no conhecimento adquirido pelo gestor durante a sua formação escolar. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. 14. A gestão da organização recebe da contabilidade informações exclusivamente de natureza tributária / fiscal. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. 15. A informação oriunda da contabilidade diz respeito exclusivamente as guias para pagamento de tributos. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24. 16. As informações contábeis recebidas pelo gestor não têm qualquer utilidade na gestão do negócio. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25. 17. As decisões da gestão são unicamente fundamentadas em softwares comerciais que controlam desde o preço de venda até o estoque do negócio. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26. 18. As decisões da gestão são firmadas exclusivamente com base na intuição do gestor. *

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

